



# Anais da Assembléia

Nº 43

Curitiba, segunda-feira, em 27 de abril de 1998

ANO XXIV

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PFL

**LUIZ CARLOS ZUK**  
1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**  
2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CLAUDIO ROMANELLI**  
3º Vice-Presidente - PMDB

**LUIZ CARLOS MARTINS**  
1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**  
2º Secretário - PFL

**ANTONIO ANNIBELLI**  
3º Secretário - PSDB

**IRONDI PUGLIESI**  
4ª Secretária - PPB

**ÂNGELO VANHONI**  
5º Secretário - PT

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo..... Deputado Valdir Rossoni  
PFL..... Deputado Plauto Miró  
PTB..... Deputado Valdir Rossoni  
PMDB..... Deputado Orlando Pessuti  
PPB..... Deputado Augustinho Zucchi  
PT..... Deputado Péricles H. de Mello  
PDT..... Deputado Edgar Bueno  
PL..... Deputado Horácio Rodrigues  
PSN..... Deputado Emerson Nerone  
PSDB.....

## Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zamusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartário - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Remy Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 11: Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Joel Coimbra - José Tavares - Nelson Justus - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

# 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA ATA DA 29ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 1998

(segunda-feira)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walnor Trentini (53). Achando-se ausente o Senhor Deputado Aníbal Khury (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Mensagem:

MENSAGEM Nº 015/98

Curitiba, 07 de abril de 1998.

Senhor Presidente.

Em conformidade com o art. 10, da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao Município de Teixeira Soares, imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado na sede daquele Município, constituído por área de terreno com aproximadamente 906,00m², com frente para a Rua Domingos Molinari, antiga Travessa da Rua do Comércio, nº 105, contendo edificação com aproximadamente 89,00m², objeto da Transcrição nº 2.594, do livro 3-B, fl. 117, do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Ponta Grossa.

A medida legal, ora proposta, consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que o mencionado bem será utilizado, exclusivamente, para instalação e manutenção de atividades de cunho social desenvolvidas pelo município.

Vale salientar que a Secretaria de Estado da Administração, através da Coordenadoria do Patrimônio do Estado e a Secretaria de Estado do Governo, manifestaram-se favoravelmente ao pedido.

Cabe, por último, frisar que o anteprojeto de lei em epígrafe contém disposições no sentido de que o imóvel será utilizado exclusivamente para as finalidades previstas, sob pena de tornar-se automaticamente sem efeito a cessão, cuja duração está prevista até 31 de dezembro de 1998, podendo ser prorrogada por 04 (quatro) anos, mediante consenso entre as partes. Ficará, ainda, a cessionária, responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, assim como pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a quaisquer ressarcimentos.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) DES. HENRIQUE CHESNEAU LENZ CÉSAR  
Governador do Estado, em exercício

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao Município de Teixeira Soares, imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado na sede daquele município, constituído por uma área de terreno com aproximadamente 906,00m², com frente para a Domingos Molinari, antiga Travessa da Rua do Comércio, nº 15, contendo uma edificação com aproximadamente 89,00m², objeto da Transcrição nº

2.594, do livro 3-B, fl. 117, do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Ponta Grossa.

Art. 2º - O imóvel de que trata o art. 1º desta lei, será cedido ao Município de Teixeira Soares, para ali desenvolver atividades correlatas a projetos relacionados à área social daquele município, podendo o mesmo ser retomado a qualquer tempo pelo Estado, tendo esta cessão duração até 31 de dezembro de 1998, permitida a prorrogação por 4 (quatro) anos, mediante consenso entre as partes, não podendo o referido imóvel ser utilizado para outros fins, nem ser transferido a terceiros, sob pena de tornar-se automaticamente sem efeito a cessão, ficando, ainda, o cessionária, responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, assim como pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a quaisquer ressarcimentos.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

## OFÍCIOS

Sob os nºs CTL/SEEG/108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140 e 141/98, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

201/96: De autoria do Deputado Marquinhos Alves, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a implantar o Sistema de Proteção à Vida - SIPROV, nos Postos Rodoviários localizados nas rodovias do Estado, o qual convertido em lei tomou o nº 12.089. **Anote-se - Arquivo-se.**

112/97: De autoria do Deputado Beto Richa que, autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao Município de Jacarezinho, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.090. **Anote-se - Arquivo-se.**

520/96: De autoria do Deputado Nereu Moura que, denomina entre os Municípios de Jesuítas e Assis Chateaubriand, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.091. **Anote-se - Arquivo-se.**

580/97: De autoria do Deputado Aníbal Khury que, autoriza o Poder Executivo a doar ao

Município de Inácio Martins, o imóvel que especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.092. **Anote-se - Arquivo-se.**

595/97: Do Poder Executivo que, autoriza a permuta dos imóveis que especifica entre o Estado e o Instituto Ambiental do Paraná - IAP, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.093. **Anote-se - Arquivo-se.**

610/97: De autoria do Deputado Ademar Traiano que, autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica, ao Município de Santo Antônio do Sudoeste, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.094. **Anote-se - Arquivo-se.**

714/97: De autoria do Deputado Aníbal Khury que, concede o Prêmio "Estado do Paraná" ao Senhor Waldyr Jansen de Mello, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.096. **Anote-se - Arquivo-se.**

201/97: De autoria do Deputado Basílio Zanusso que, denomina Colégio Estadual Antonio Tortato - Ensino de 2º Grau, o atual Colégio Estadual de Paranaity - Ensino de 2º Grau, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.097. **Anote-se - Arquivo-se.**

703/97: De autoria do Deputado Aníbal Khury que, denomina de Rodovia Jorge Baggio, trecho da PR-218, que liga Santa Cruz do Monte Castelo a Pontal do Tigre, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.098. **Anote-se - Arquivo-se.**

307/97: De autoria do Deputado Emerson Nerone que, reconhece oficialmente, pelo Estado do Paraná, a linguagem gestual codificada na Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e outros recursos de expressão a ela associados, como meio de comunicação objetiva e de uso corrente, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.095. **Anote-se - Arquivo-se.**

359/97: De autoria do Deputado Edno Guimarães que, reduz, conforme especifica, a taxa de estadia incidente sobre os veículos e ciclomotores apreendidos nos pátios do DETRAN-PR, até 31.12.96, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.101. **Anote-se - Arquivo-se.**

461/97: De autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo que, declara de Utilidade Pública o Centro Interdenominacional de Recuperação de Almas para Cristo, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.103. **Anote-se - Arquivo-se.**

504/97: De autoria do Deputado Irineu Colombo que, declara de Utilidade Pública a Comunidade dos Pequenos Trabalhadores de Foz do Iguaçu, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.104. **Anote-se - Arquivo-se.**

543/97: De autoria do Deputado Beto Richa que, declara de Utilidade Pública a Creche Santo Antonio, com sede e foro no Município de Farol, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.105. **Anote-se - Arquivo-se.**

544/97: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo a ceder ao Município de Curitiba, o imóvel que especifica, situado no Bairro Campina do Siqueira, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.106. **Anote-se - Arquivo-se.**

574/97: De autoria do Deputado Duílio Genari que, declara de Utilidade Pública a Fundação de Saúde de Céu Azul - FUSCA, com sede e foro no Município de Céu Azul, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.107. **Anote-se - Arquivo-se.**

583/97: De autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho que, declara de Utilidade Pública a Creche Frei Fabiano Zanatta, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.108. **Anote-se - Arquivo-se.**

585/97: De autoria do Deputado Durval Amaral que, declara de Utilidade Pública a APMI - Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Cruzeiro do Sul, com sede e foro no Município de Cruzeiro do Sul, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.109. **Anote-se - Arquivo-se.**

593/97: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo a ceder ao Município de Faxinal, o imóvel que especifica, situado no quadro urbano da cidade, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.110. **Anote-se - Arquivo-se.**

612/97: De autoria do Deputado Duílio Genari que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres Pio XII da Escola Estadual Zuleide Samways Portes Ensino de 1º Grau, com sede e foro na Cidade de Martingá, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.111. **Anote-se - Arquivo-se.**

625/97: De autoria do Deputado Duílio Genari que, declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro na Cidade de Nova Santa Rosa, o

qual convertido em Lei tomou o nº 12.112. **Anote-se - Arquivo-se.**

147/97: De autoria do Deputado José Maria Ferreira que, declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária Padre Vicente Mariani, com sede e foro na Cidade de Sertãoópolis, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.113. **Anote-se - Arquivo-se.**

069/98: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto à Caixa Econômica Federal, até o valor de R\$150.000.000,00, para execução de Programas de Atendimento Habitacional no período de 1998 a 2002, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.114. **Anote-se - Arquivo-se.**

666/97: De autoria do Deputado Aníbal Khury que, autoriza as empresas públicas, sociedades de economia mista, autárquicas e fundações públicas da Administração Direta e Indireta do Estado a associarem-se ao Instituto Paraná Desenvolvimento, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.115. **Anote-se - Arquivo-se.**

014/98: De autoria dos Deputados Aníbal Khury, Plauto Miró Guimarães Filho e outros que, dispõe sobre a participação de técnicos de órgãos estaduais, nas vistorias realizadas pelo INCRA, no território paranaense e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.116. **Anote-se - Arquivo-se.**

455/97: De autoria do Deputado Miltinho Puppino que, autoriza o Poder Executivo a doar ao Tribunal de Justiça do Estado, o imóvel que especifica, situado na Cidade de Jandaia do Sul, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.117. **Anote-se - Arquivo-se.**

391/97: De autoria do Deputado Basílio Zanusso que, cria um Pólo da Produção de Seda, liderado pelo Município de Nova Esperança, com o objetivo de implementar, profissionalizar e desenvolver a produção e a industrialização da seda na região, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.118. **Anote-se - Arquivo-se.**

096/98: De autoria do Deputado Valdir Rossoni que, concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao Reverendíssimo Bispo Emérito de Curitiba, Dom Jerônimo Mazzarotto, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.119. **Anote-se - Arquivo-se.**

267/97: De autoria do Deputado Ricardo Chab que, unifica a Central de Atendimento Telefô-

nico de Emergência dos três dígitos do Estado, no número 190, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.120. **Anote-se - Arquite-se.**

468/97: De autoria do Deputado Walmor Trentini que, autoriza o Poder Executivo a construir, no Município de Paranavaí, uma pista de atletismo através do Projeto Joaquim Cruz, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.121. **Anote-se - Arquite-se.**

736/97: De autoria do Deputado Anibal Khury que, autoriza o Poder Executivo a criar, no Município de Carambei, uma CIRETRAN, Circunscrição Regional de Serviços do Departamento de Trânsito - DETRAN, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.122. **Anote-se - Arquite-se.**

Sob o nº 267/98, do Senhor Artagão de Mattos Leão, Presidente do Tribunal de Contas, encaminhando cópia da Resolução nº 3.621/98-TC, que dispõe sobre a homologação pelo Tribunal de Contas, dos cálculos de participação municipal no produto da arrecadação do imposto sobre Circulação de Mercadorias, para o exercício de 1998. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/SEEG/144/98, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 558/96, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, por julgá-lo inconstitucional, porque, invadindo competência legislativa dos municípios, fere os arts. 30 da Magna Carta e 17, da Constituição do Estado do Paraná. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/107/98, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 638/97, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, porque implicaria duplicidade de leis com idêntico objetivo, eis que a de nº 11.307, de 28.12.95 autoriza a objetivada doação, já em fase de lavratura de escritura. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

**Ofício:**

OFÍCIO GP Nº 099/98

Curitiba, 24 de abril de 1998.

Senhor vice-Presidente.

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, que no período de 26 de abril a 12 de maio do corrente ano, ausentar-me-ei desta Casa, em viagem ao exterior, para tratar de assuntos particulares, sem ônus para o Poder Legislativo.

Outrossim, passo a Vossa Excelência o exercício do mandato da presidência até meu retorno.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço.

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO Nº 643

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 097/98, para que seja enviada à Comissão de Educação desta Casa de Leis, para que emita o devido parecer sobre a matéria em causa.

Sala das Sessões, em 27.04.98.

(a) DR. ROSINHA

### JUSTIFICATIVA:

Visa o projeto de lei aprovar crédito orçamentário especial no valor de R\$180 milhões para atender despesas da PARANAEDUCAÇÃO. Este recurso é obtido através de cancelamentos de dotações orçamentárias destinadas aos projetos Atividades "manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério e, desenvolvimento do ensino fundamental e pré-escolar". Ora, esta movimentação de recursos não deverá ser apreciada sem antes receber parecer da Comissão competente, qual seja, a de Educação.

### REQUERIMENTO Nº 634

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 27.04.98.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

### REQUERIMENTO Nº 644

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o uso do Pequeno Expediente, dia 28.04, para a Associação de Professores e Sindicato dos Servidores da Universidade Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em 27.04.98.

(a) DR. ROSINHA

### REQUERIMENTO Nº 619

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais,

REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja comunicada à Comissão de Direitos Humanos desta Casa de Leis, da tortura praticada pelo Delegado de Polícia de Faxinal, Dr. Gerson de Almeida Santos, contra o cidadão José Raid de Oliveira, conforme denúncia desse e atestado médico anexo.

Sala das Sessões, em 27.04.98.

(a) EDSON SILVA LINO

#### REQUERIMENTO Nº 615

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, sejam enviados votos de pesar à família Gavlak, pelo falecimento da Sra. Emília Gavlak, ocorrido no dia 16 de abril do ano em curso.

Profundamente chocados com súbita perda, em nossos corações fica a saudade e a lembrança da amiga.

À família enlutada, que Deus, na sua infinita bondade, derrame sobre seus familiares fé, força e alento neste momento de dor e consternação.

Sala das Sessões, em 27.04.98.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO Nº 616

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado voto de pesar à família Gumieiro, pelo falecimento do Sr. Osvaldo Gumieiro, ocorrido no dia 15 de abril do ano em curso.

Profundamente chocados com súbita perda, em nossos corações fica a saudade e a lembrança do amigo e companheiro.

À família enlutada, que Deus, na sua infinita bondade, derrame sobre seus familiares fé, força e alento neste momento de dor e consternação.

Sala das Sessões, em 27.04.98.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO Nº 626

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar, pelo falecimento do ex-Ministro das Comunicações Engenheiro Sérgio Motta, ocorrido em 19.04.98.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 27.04.98

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O infausto passamento do Ministro Sérgio Motta, ocorrido dia 19.04.98, veio abrir enorme lacuna, difícil de ser preenchida, não apenas entre seus familiares, mas entre seus amigos e correligionários.

Deixou viúva Dona Wilma e 03 filhas.

Sérgio Motta à frente do Ministério das Comunicações, soube conduzir com segurança, com um verdadeiro espírito de luta, dedicando-se com grande entusiasmo para promover a transformação, para a melhor, no Setor das Telecomunicações em nosso país.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de seu servo Sérgio Motta.

A distância e o tempo jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Sérgio Motta, e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprendeu Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoei a família do ex-Ministro Sérgio Motta, para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará seu servo Sérgio Motta sob a sua constante proteção, para que renovado pelos sacramentos pascais, chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes do nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos deu participar.

A morte, no seu perambular incessante, não respeita nem fortes, nem fracos. Por isso tombou o Ministro Sérgio Motta quando ainda no aceso da luta. Levou consigo, entretanto a certeza do dever cumprido.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Motta, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO Nº 637

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família do Psicoterapeuta Eduardo Luiz Canever,

residente no Município de Maringá, falecido no último dia 24.

Peço enviar cópia à família enlutada, na Avenida Goiás, 441 - Cianorte-PR, CEP: 87.200-000.

Sala das Sessões, em 27.04.98.

(a) EDNO GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 617

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente com votos de congratulações aos Padres Anuar Batistti e Irineu Roque Scherer, da Diocese de Toledo, por terem sido nomeados recentemente pelo Papa João Paulo II, para Bispos das dioceses de Toledo no Paraná e Garanhuns em Pernambuco, respectivamente.

Sala das Sessões, em 27.04.98.

(a) NEREU MOURA

#### JUSTIFICATIVA:

Foi uma grande conquista para a Igreja Católica do Paraná, principalmente para a do Oeste do Estado, a nomeação pelo Papa João Paulo II, de dois padres para a elevada função de Bispos. O padre Anuar Batistti foi designado para responder pela importante Diocese de Toledo e o reverendo Irineu Roque Scherer, para a distante Diocese de Garanhuns em Pernambuco, sofrido Nordeste Brasileiro.

A comunidade católica do Oeste Paranaense, engalamou-se pela distinção papal, sobretudo, levando-se em conta de que os dois religiosos são membros de famílias tradicionais da região. Entraram para o Seminário lá mesmo, onde praticamente desenvolveram toda a vida sacerdotal.

Por outro lado é imperioso focalizar o elevado conceito dos dois prelados, não só dentro da igreja católica, mas em todos os setores da comunidade. Homens de grande visão social e de vocação inquebrável, grangearam ao longo das suas vidas a admiração e respeito de todos. Muito feliz e justa a decisão do Papa João Paulo II, merecedora do nosso entusiasmo e homenagem. Por isso é que esta Casa de Leis, precisa manifestar publicamente, sintetizado o sentimento do povo do Paraná, as merecidas congratulações aos dois religiosos designados Bispos da Igreja Católica.

#### REQUERIMENTO Nº 620

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, Voto de Congratulações ao Município de Rio Bom - PR, alusivos ao 34º Aniversário da Emancipação Política, a ser comemorado no próximo dia 28 de abril.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Prefeito Municipal, Senhor Mauro Lucas Clementino, através de correspondência a ser encaminhada a Praça Shellworth nº 86830-000, Rio Bom - PR.

Sala das Sessões, em 27.04.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 621

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, Voto de Congratulações ao Município de Rio Bom - PR, alusivos ao 34º Aniversário de Emancipação Política, a ser comemorado no próximo dia 28 de abril.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente da Câmara Municipal, Vereador Eufrásio Silva de Oliveira, através de correspondência a ser encaminhada a Praça Shellworth nº 65, CEP 86830-000, Rio Bom - PR.

Sala das Sessões, em 27.04.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 622

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, Voto de Congratulações ao Senhor Luiz Arthur Montes Ribeiro, alusivos ao lançamento do livro "Manual de Educação para o Trânsito", ocorrido no dia 23 de abril.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada ao Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas do Estado do Paraná - SETCPAR, sito a Rua Almirante Gonçalves nº 1966, CEP 80250-150, Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 27.04.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 623

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto e Soberano Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, Votos de Louvor e Congratulações, para com o Senhor Marcos R. Amaral, proprietário da Atlanta Car, pelos relevantes serviços prestados a cidade curitibana.

Requer, ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à Avenida Erasto Gaertner, 1663 - Bacacheri - CEP: 82.515-000 - Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 27.04.98.

(a) HORÁCIO RODRIGUES



# REQUERIMENTO Nº 624

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de louvor e congratulações, para com o Senhor Gilberto Pereira do Amaral, proprietário da Atlanta Car, pelos relevantes serviços prestados a cidade curitibana.

Requer, ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à Avenida Erasto Gaertner, 1663 - Bacacheri - CEP: 82.515-000 - Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 27.04.98.

(a) HORÁCIO RODRIGUES

# REQUERIMENTO Nº 632

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Laurindo Costa e Maria Costa, que completou 50 Anos de União Conjugal, celebrando Bodas de Ouro. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimentos e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o Amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 27.04.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

# REQUERIMENTO Nº 633

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Joaquim Ferreira Terra e Josina Maria Terra, que completou 25 Anos de união conjugal, celebrando Bodas de Ouro. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso com alegria e paz, para que possam continuar

vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 27.04.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

# REQUERIMENTO Nº 638

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja concedido voto de congratulações ao Senhor Jackson Proença Testa, pela sua reeleição ao cargo de Reitor da Universidade Estadual de Londrina.

Requer ainda, que da presente decisão da Casa, seja dada ciência ao Magnífico Reitor.

Sala das Sessões, em 27.04.98.

(a) HERMAS BRANDÃO

# REQUERIMENTO Nº 642

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviada mensagem de cumprimentos ao Jornal HOJE, de Cascavel, pela passagem, no dia 1º de maio, de seus 21 anos de fundação, e pelo dia do trabalhador, parabenizando seus funcionários.

Sala das Sessões, em 27.04.98.

(a) EDGAR BUENO

## JUSTIFICATIVA:

Tradicional Jornal de Cascavel, o HOJE é fonte segura de informações para toda a população do oeste paranaense.

Representa um jornalismo sério, digno e responsável, que deve ser exaltado ao completar 21 anos de existência e atuação dinâmica e eficaz.

Destaque da imprensa do Oeste paranaense, em especial na defesa dos interesses da população e do desenvolvimento regional, com campanhas de apoio e efetiva participação nas lutas e conquistas.

# REQUERIMENTO Nº 618

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviado correspondência ao Exmo. Sr. Doutor Rubens Abrahão Tanure, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, para que o mesmo designe um delegado especial para averiguar caso de tortura sofrida pelo Senhor José Raid de Oliveira, ocorrida no interior da Delegacia de Faxinal e praticada pelo Delegado, Doutor Gerson de Almeida Santos, conforme declarações do torturado e atestado médico anexo.



Requer ainda, seja enviado cópia do presente ao Procuradores Geral da Justiça, Doutor Gilberto Giacóia.

Sala das Sessões, em 27.04.98.

(a) EDSON SILVA LINO

#### REQUERIMENTO Nº 625

Senhor Presidente.

O Deputado que o presentes subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Manoel C. Garcia Cid, Presidente do Banco do Estado do Paraná, (BANESTADO autorizando a abertura de suas contas junto àquela instituição bancária.

Sala das Sessões, em 27.04.98.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Temos um nome a zelar. Por esta razão não desejamos que este nome de família possa ser maculado indevidamente e em hipótese alguma. Por este motivo, e, para salvaguardar o nome da família é que fazemos esta autorização para abertura de nossas contas junto ao BANESTADO. Ao mesmo tempo incentivamos a Diretoria do Banco que é de todos nós paranaenses que amamos esta terra.

#### REQUERIMENTO Nº 631

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores da Vila Guaíra, os quais pedem policiamento ostensivo nesse bairro, nas proximidades da Rua Paraíba e dos pontos de ônibus, principalmente no período noturno. Assaltantes e desocupados ficam esperando as pessoas nos pontos e assaltam, seguem-as até suas casas, causando-lhes muita apreensão. Com a presença de policiais a população sentir-se-á mais segura e com certeza os assaltantes deixarão de agir nesse bairro.

Sala das Sessões, em 27.04.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 639

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Ilmo. Sr. Luiz Márcio Lampert Marques, Presidente da TELEPAR - SA, solicitando a instalação de um Posto de Serviço Telefônico para a Vila Rural, no Município de Curiúva.

Sala das Sessões, em 27.04.98.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### REQUERIMENTO Nº 640

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Armando Martinho Bardou Raggio, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a construção de um Posto de Saúde, para dar atendimento aos moradores da Vila Rural, do Município de Curiúva.

Sala das Sessões, em 27.04.98.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### REQUERIMENTO Nº 641

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Ramiro Wahrhafig, Secretário de Estado da Educação, solicitando a implantação de uma escola, para dar atendimento as 253 (duzentas e cinqüenta e três) crianças em idade escolar, na Vila Rural, do Município de Curiúva.

Sala das Sessões, em 27.04.98.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### REQUERIMENTO Nº 646

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de requerimento à Secretária de Estado de Transportes para que seja fornecida cópia da proposta comercial apresentada pelo consórcio vencedor do Lote nº 05 para operação das rodovias paranaenses (Anel de Integração), com as seguintes informações: 1. Investimentos a serem realizados durante o período da concessão; 2. Arrecadação bruta prevista e 3. Custos operacionais. No mesmo sentido, requer informações sobre a estimativa do governo do Estado do número de veículos por praça de pedágio no lote nº 05 e cópia da tabela de preço unitário do Departamento de Estradas de Rodagem (DER).

Sala das Sessões, em 27.04.98.

(a) PÉRICLES MELLO

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 128/98.  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º - Os servidores inativos bem como os pensionistas, ficam isentos do pagamento da Contribuição Previdenciária ao Estado ou ao Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - I.P.E., continuando esses mesmos ex-servidores com todos os direitos e vantagens até agora garantidos

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.04.98.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

### JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 11.350/96 de 18.01.96, publicada no Diário Oficial nº 4682 de 25.01.96, (fotocópia anexa), estabelece isenção do pagamento de contribuição para o Instituto de Previdência do Estado (I.P.E.), aos servidores inativos, bem como aos pensionistas com mais de 70 (setenta) anos de idade.

Agora, com este Plano de Lei, pretendemos estender a mesma isenção a todos os servidores inativos e pensionistas, pelas seguintes razões:

Os funcionários públicos, durante suas carreiras foram assíduos contribuintes junto à Previdência, nada mais justo do que se estender a esses dedicados servidores inativos, bem como aos pensionistas, mais esse benefício.

Essa assertiva pode e deve ser comprovada mediante o desenvolvimento que faremos a seguir:

Fundação quanto ao mérito.

A proposição em causa tem a mais alta procedência técnica e social. Com efeito, ela objetiva estender a todos os servidores e pensionistas a isenção da contribuição previdenciária.

Primeiramente quanto a abrangência da medida, observamos que ela regula a classe estatutária, Regime Único e servidores assimilados, como os serventuários da justiça, que por força da lei são assegurados da Instituição Estadual.

Tomando como referência o universo geral dos trabalhadores segurados da Previdência Social, verificamos que se travou durante longos anos a luta pela anulação da contribuição obrigatória dos aposentados do sistema INPS. Essa medida arbitrária e configuradora de um verdadeiro retrocesso social foi implantada durante o período do regime autoritário, em 1979, a pretexto de cobrir o déficit da Previdência.

Com a mudança política verificada no Brasil, a partir de 1985, o Governo do Presidente José Sarney assumiu com os segurados da previdência, já inativos, o compromisso solene de corrigir os vícios e fraudes da previdência de modo a restaurar o equilíbrio do sistema e não sacrificar os aposenta-

dos. No dia 1º de maio de 1986, o Presidente Sarney encaminhou mensagem ao Congresso Nacional, cancelando a contribuição dois inativos, como um dos primeiros passos para o resgate da dívida social brasileira.

Com efeito a técnica atuarial contemporânea, ensina que um sistema previdenciário pode operar em equilíbrio, desde que perfeitamente ajustados às regras de responsabilidades contributivas dos seus componentes. No caso brasileiro, a Previdência Social é integrada pelo empregador, pelo trabalhador na ativa e pelo Estado, os quais devem arcar com as contribuições necessária ao funcionamento do sistema.

Do ponto de vista histórico e social, observamos que as formações sociais desde a antiguidade mais remota se dividem em três segmentos: a infância/juventude, integrada pela parcela do grupo social que ainda está em formação e amadurecimento; a população economicamente ativa que sustenta a produção econômica da comunidade, e os idosos, que já deram sua contribuição, em período anterior e assim, adquiriram o direito de serem sustentados pelo grupo em referência.

Ademais dessa parcelas mais idosa da população ter adquirido o direito a uma sobrevivência condigna, mercê da poupança formada nas unidades familiares e na comunidade como um todo. Tal parcela de velhos e anciões ainda exerce um papel grupal da mais alta relevância: ela opera como "memória social" do grupo em causa.

Nesta dimensão, os membros idosos de uma família e por extensão de uma sociedade funcionam como a principal fonte de referências e socialização grupais, mostrando aos jovens, em processo de formação, e, também aos membros adultos que a integram como grupo que desenvolveu suas técnicas de convivência e produção, de solução de conflitos e de enfrentamento das calamidades. Mesmo em nossa sociedade ocidentalizada teoricamente apoiada sobre a educação escolar, o conhecimento acumulado nos livros e outros documentos formais o saber grupal se funda principalmente sobre a memória coletiva detida pelos membros mais maduros. Nesta linha estão os vários ensinamentos, e quantos estudos têm avaliado o fenômeno complexo de integração das sociedades humanas.

Finalmente, de uma abordagem humanística, notamos que o direito ao repouso condigno para aqueles que já contribuíram com o todo social manifesta a mais refinada expressão civilizatória.

É na idade mais avançada que o ser humano adquire o "direito a gozar a vida, após a existência dedicada ao trabalho socialmente útil. É nessa fase que o cidadão pode usufruir dos benefícios de uma sociedade com qualidade de vida digna, seja em viagens, lazer e similares.

Também é nesse período que crescem as despesas pessoais, com produtos de saúde, aparelhos corretores de visão, surdez, dentição, locomoção, etc.

Resgatar a dívida social, no Paraná, com todos seus inativos e pensionistas é uma pequena, mas importante tarefa dentro do esforço geral de democratização de nossa sociedade. O Paraná deve mostrar que está em linha com essa filosofia humana que animou o Congresso Nacional no ato de beneficiar os segurados inativos. Em votação histórica, a Câmara dos Deputados, rejeitou uma proposta do Governo que pretendia restabelecer a cobrança de contribuição previdenciária dos inativos dos três Poderes. A rejeição das pretensões do Governo por 306 a 124 votos, deveu-se inclusive ao parecer dado pela Comissão de Constituição e Justiça que julgou o projeto inconstitucional. Parece não faltar exemplos, inclusive jurídicos, e de solidariedade humana aos nossos patrícios mais idosos.

#### **Fundamentação quanto à competência.**

Atendendo a que os servidores aposentados pelo Instituto de Previdência do Estado do Paraná (I.P.E.), contribuíram por mais 35 anos (no caso dos Homens) e 30 (no caso das mulheres), nada mais justo do que o Estado na sua função dupla de empregador e agente do Poder Público comparecer com sua parcela de contribuição para financiar (se necessário), o equilíbrio do Sistema Previdenciário operado pelo I.P.E., entretanto, julgamos que a contribuição do pessoal da ativa, bem administrada, seja perfeitamente suficiente. Por todas estas razões é que estamos apresentando este projeto de lei que isenta a contribuição dos inativos e pensionistas de todas as idades, porque esse tributo é fundamentalmente inconstitucional, injusto e violentador dos altos padrões de civilização que foi atingido.

Finalmente de uma abordagem humanística, entendemos que o direito deve ser igual para todos. A Lei é feita para o homem, o homem é a razão da existência da lei, esta não deve se sobrepor ao ser humano.

#### **Fundamentação final.**

O Congresso Nacional, conforme jornal do Senado de 03 do corrente, (xerox anexo), votou a alteração da medida provisória nº 1646/47 isentando os inativos da União da contribuição previdenciária.

Portanto, nada mais justo que esse benefício seja estendido a todos os inativos e pensionista do Estado do Paraná.

Assim sendo, esperamos que esta proposição seja acolhida e aprovada por esta Casa e, posteriormente, sancionada pelo Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, Dr. Jaime Lerner.

PROJETO DE LEI Nº 129/98

## **A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**

### **D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, através do Departamento de Trânsito - DETRAN/PR a Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN) no Município de São Jorge do Patrocínio.

Art. 2º - As dependências físicas e as despesas de funcionamento da CIRETRAN, ficarão à cargo do Município de São Jorge do Patrocínio.

Art. 3º - Ao Departamento de Trânsito - DETRAN/PR caberá o treinamento do funcionalismo público municipal, a ser colocado à disposição da CIRETRAN de São Jorge do Patrocínio.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.04.98.

(a) JOEL COIMBRA

#### **JUSTIFICATIVA:**

O objetivo da apresentação do projeto de lei é de proporcionar a comunidade de São Jorge do Patrocínio e o aumento contínuo da frota de veículos automotores naquela região do Estado.

Considerando a relevância do benefício para aquela progressista comunidade no nosso Estado, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

## **PROJETO DE LEI Nº 130/98 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**

### **D E C R E T A**

Art. 1º- Fica o Poder Executivo autorizado a criar, através do Departamento de Trânsito - DETRAN/PR - a Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN) no Município de Doutor Camargo.

Art. 2º- As dependências físicas e as despesas de funcionamento da CIRETRAN, ficarão à cargo do Município de Doutor Camargo.

Art. 3º- Ao Departamento de Trânsito - DETRAN/PR caberá o treinamento do funcionalismo público municipal, a ser colocado à disposição da CIRETRAN de Doutor Camargo.

Art. 4º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.04.98.

(a) JOEL COIMBRA

# JUSTIFICATIVA:

O objetivo da apresentação do projeto de lei é de proporcionar a comunidade de Doutor Camargo um melhor serviço com a criação de uma Circunscrição Regional de Trânsito, tendo em vista o crescimento do Município de Doutor Camargo e o aumento contínuo da frota de veículos automotores naquela região do Estado.

Considerando a relevância do benefício para aquela progressista comunidade no nosso Estado, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 131/98  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, através do Departamento de Trânsito - DETRAN/PR - a Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN) no Município de Ribeirão Claro.

Art. 2º - As dependências físicas e as despesas de funcionamento da CIRETRAN, ficarão à cargo do Município de Ribeirão Claro.

Art. 3º - Ao Departamento de Trânsito - DETRAN/PR caberá o treinamento do funcionalismo público municipal, a ser colocado à disposição da CIRETRAN de Ribeirão Claro.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.04.98.

(a) JOEL COIMBRA

# JUSTIFICATIVA:

O objetivo da apresentação do projeto de lei é de proporcionar a comunidade de Ribeirão Claro um melhor serviço com a criação de uma Circunscrição Regional de Trânsito, tendo em vista o crescimento do Município de Ribeirão Claro e o aumento contínuo da frota de veículos automotores naquela região do Estado.

Considerando a relevância do benefício para aquela progressista comunidade no nosso Estado, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 132/98  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual, a Associação Recreativa e Beneficiente Afonso Pena, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais, deste Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará e vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.04.98.

(a) CÉSAR SELEME

# JUSTIFICATIVA:

A Associação Recreativa e Beneficiente Afonso Pena, entidade beneficente fundada em 20 de julho de 1912, vem desenvolvendo, sob a direção de suas diretorias, vários trabalhos com benefícios à sociedade, não só daquele município de São José dos Pinhais, mais de toda a região metropolitana e do Estado do Paraná.

Esta entidade possui atualmente mais de 300 associados em dia, procurando sempre elevar o nome desta e de seus participantes bem alto, distinguindo os trabalhos sociais, esportivos em prol das famílias frequentadoras desta sociedade em seus eventos.

Mediante o exposto, achamos por bem ser a mesma merecedora do Título de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 133/98  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação das Senhoras Rotarianas de Terra Rica, com sede e foro no Município de Terra Rica, no Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.04.98.

(a) WALMOR TRENTINI

# JUSTIFICATIVA:

A Associação das Senhoras de Rotarianas de Terra Rica, com sede e foro no município de Terra Rica, foi fundada em 05 de Março de 1990, sendo uma sociedade sem fins lucrativos com sede na cidade de Terra Rica, e que tem como finalidade proporcionar a maior aproximação entre as Senhoras Rotarianas, cooperar e auxiliar nas Sociedades Filantrópicas ou Obras Assistenciais e Educativas e outras obras assistenciais necessárias à comunidade e ou bem estar da coletividade, sem distinção algum quanto a raça, cor, condição social ou credo político e religioso, e sem duração determinada, atendendo a comunidade de Terra Rica, para as suas necessidades sociais e históricas.

Esta associação, já recebeu a declaração de utilidade pública municipal e atende a todos os requisitos legais, para que também seja beneficiada com a declaração de utilidade pública estadual, como demonstramos com a documentação anexa exigida, para que possa desfrutar dos benefícios legais. Pelo exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis, pela aprovação deste projeto.

**PROJETO DE LEI Nº 134/98**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Ação Comunitária Batista no Boqueirão / ACBB com sede e foro na cidade de Curitiba/PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.04.98.

(a) RICARDO CHAB

**JUSTIFICATIVA:**

A Ação Comunitária Batista no Boqueirão - ACBB - é uma entidade sem fins lucrativos fundada em 21 de junho de 1982, pela Igreja Batista no Boqueirão - pessoa jurídica de direito privado - com sede e foro em Curitiba/PR - à Rua José Hauer, nº 1877 - Bairro Boqueirão.

Seus fins são filantrópicos, culturais e de assistência social e atende pessoas necessitadas independente de credo religioso. Está cadastrada junto ao Ministério da Fazenda com a inscrição no CGC nº 074.277/0001-09.

Sua diretoria não recebe qualquer remuneração, ou bonificação e está registrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Curitiba (ata da eleição e atestado de funcionamento anexos).

Foi declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 8759 de 23.11.95.

Em anexo, Relatório das atividades desenvolvidas e atendimentos prestados no ano de 1997.

**PROJETO DE LEI Nº 135/98**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, através do Departamento de Trânsito - DETRAN/PR - a Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN) no Município de Paçandu.

Art. 2º - As dependências físicas e as despesas de funcionamento da CIRETRAN, ficarão à cargo do Município de Paçandu.

Art. 3º - Ao Departamento de Trânsito - DETRAN/PR caberá o treinamento do funcionalismo público municipal, a ser colocado à disposição da CIRETRAN de Paçandu.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.04.98.

(a) JOEL COIMBRA

**JUSTIFICATIVA:**

O objetivo da apresentação do projeto de lei é de proporcionar a comunidade de Paçandu, um melhor serviço com a criação de uma Circunscrição Regional de Trânsito, tendo em vista o crescimento do Município de Paçandu, e o aumento contínuo da frota de veículos automotores naquela região do Estado.

Considerando a relevância do benefício para aquela progressista comunidade do nosso Estado, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

**PROJETO DE LEI Nº 136/98**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar através do Departamento de Trânsito - DETRAN/PR - a Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN) no Município de Mandaguaçu.

Art. 2º - As dependências físicas e as despesas de funcionamento da CIRETRAN, ficarão à cargo do Município de Mandaguaçu.

Art. 3º - Ao Departamento de Trânsito / DETRAN/PR caberá o treinamento do funcionalismo público municipal, a ser colocado à disposição da CIRETRAN de Mandaguaçu.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.04.98.

(a) JOEL COIMBRA

**JUSTIFICATIVA:**

O objetivo da apresentação do projeto de lei é de proporcionar a comunidade de Mandaguaçu um melhor serviço com a criação de uma Circunscrição Regional de Trânsito, tendo em vista o crescimento do Município de Mandaguaçu e o aumento contínuo da frota de veículos automotores naquela região do Estado.

Considerando a relevância do benefício para aquela progressista comunidade no nosso Estado,

esperamos contar com o apoio do nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

**O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)**

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao 1º orador inscrito, Deputado Péricles Mello.

**O SR. PÉRICLES MELLO**

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Confesso que subo à tribuna nesta tarde um pouco transformado, passei o fim de semana, eu mesmo não acreditando nos números que eu estava vendo junto com alguns engenheiros sobre o Anel de Integração. Demorei dois dias para acreditar que era verdade. Com esses números, Sr. Presidente, Srs. Deputados, podemos dizer em alto e bom som para todo o povo do Paraná que estamos diante do maior roubo da história do nosso Estado. É mais que roubo, desculpem a expressão, parece um assalto a mão armada, extorsão completa e absoluta e fantástica do dinheiro do povo do Paraná.

Vamos colocar alguns números, além das falhas técnicas absurdas que existem nos documentos que analisamos, com relação ao Anel de Integração.

Em primeiro lugar, Srs. Deputados, fizemos uma análise do edital de licitação, todas as companhias compraram esse edital para poderem concorrer.

A cláusula 20, do item 03, do edital de licitação do lote 05, que é o estudo de caso que fizemos, tivemos que escolher um caso para ficar mais fácil a análise, partindo do pressuposto que: o que acontecer neste lote acontecerá nos demais também, é proporcional. Então, pegamos o lote 05 por ter uma rodovia bastante conhecida que é Ponta Grossa - Curitiba, aqui próximo. Então, fizemos a análise do lote 05 apenas, supondo que podemos extrapolar a partir desse estudo de caso para o universo geral do Anel de Integração.

No edital do lote 05, item 03 da cláusula 20, diz o seguinte: "Que a arrecadação bruta prevista através da cobrança de pedágio, neste lote 05, seria de 2 bilhões de reais. Dois bilhões de reais a arrecadação prevista no item 03, da cláusula 20, do edital."

Bom, como o engenheiro do DER tinha nos dito o seguinte, tinha nos dito que o lucro esperado era de 18%, porque nem o empresário investiria com um lucro menor do que esse, ao ano, já que os títulos do Governo remuneram a uma taxa de 18%. Então, o empresário preferiria colocar o seu dinheiro na compra de títulos públicos do que investir. Então, essa seria a taxa mínima esperada, ao ano, de lucro 18%. Fizemos um cálculo e fomos descobrir, inicialmente, qual seria o investimento feito em 24 anos do lote 05, descobrimos isso.

Como? Através de documentos do governo que temos aqui. O documento do governo prevê que o investimento ao Anel de Integração em 24 anos de concessão vai ser de 3,3 bilhões de reais. Isso considerando os dois mil quilômetros de todas as rodovias que vão ser concedidas, seria 3,3 bilhões de reais. Fizemos um cálculo aproximado, pegamos a quilometragem do lote 05, comparamos com a quilometragem total com relação aos investimentos. Então, se dois mil quilômetros de rodovias vão custar de investimentos 3,3 bilhões, digamos, quatrocentos e poucos quilômetros do lote 05 custariam oitocentos milhões de reais. Uma análise proporcional, regra de três simples, Deputado Toti Colaço, com o investimento total é 3,3 milhões, do lote 05 é de oitocentos milhões. Se fôssemos remunerar o capital de 18% numa arrecadação de dois milhões, as outras despesas, para dar uma remuneração de 18% de lucro seriam de 900 milhões. Que despesa seriam essas? Despesas de operacionalidade da rodovia; motorista da ambulância que vai socorrer os feridos; do guincho que vai pegar os carros; dos empregados que vão cobrar o pedágio nos postos de pedágio. Então, nós chegamos a um cálculo que os investimentos seriam de 800 milhões, as despesas de 900 milhões, impostos e assim por diante a um lucro de 300 milhões.

Pasmem os Srs.! Quando fomos olhar o contrato assinado nos deparemos com a cláusula 26, que diz o seguinte: "documento das obrigações da concessionária. Em garantia do bom cumprimento das obrigações assumidas, na execução deste contrato, a concessionária presta em favor do DER caução no montante de 249 milhões, 584 mil reais, correspondentes a 5% do valor estimado da arrecadação bruta prevista a ser realizada". Fizemos a conta e vimos que correspondente a 5% de 4 bilhões, 991 milhões, ou seja, a arrecadação do lote 05, ao invés dos dois bilhões que está no edital vai ser de cinco bilhões que está no contrato. A partir daí, nós fomos verificar que era um erro técnico e fomos ver qual era o número verdadeiro. E começamos a fazer estimativas de arrecadação com os dados que nós tínhamos.

A única rodovia que nos dava dados de arrecadação era a de Ponta Grossa - Curitiba. Porque temos não só o valor do Pedágio, mas o valor de carros que passam. Fizemos um cálculo: rodovia Ponta Grossa-Curitiba, com dados da própria Rodonorte, são 12.500 veículos-dia que vão e que vêm, deslocando-se entre Ponta Grossa-Curitiba e vice-versa, em média. Até São Luiz do Purunã é quinze, de São Luiz a Ponta Grossa é dez, a média dá 12,5. Pegamos os 12,5 veículos e multiplicamos pela soma dos pedágios, que é dez mais três, são cinco e dez. Como é bidirecional, multiplicamos por dois. Como há uma diferença de eixo entre caminhões e

carros de passeio, que vai de um a seis, entendemos que a média de eixo seria dois, Deputado Nerone. Se pegássemos tudo o que pagam os caminhões e mais os automóveis que pagam uma vez só, seria uma média de eixo de dois e multiplicamos. Só a rodovia Ponta Grossa - Curitiba, pasmem os Srs., o investimento total no Anel de Integração em vinte e quatro anos é de 3,3 bilhões, conforme o documento do Governo. Só a rodovia Ponta Grossa - Curitiba vai arrecadar em vinte e quatro anos 2,23 bilhões de reais. Uma rodovia de um lote.

Repito, o investimento previsto em 24 anos em todo o Anel de Integração, mais dois mil quilômetros de rodovias, 3,3 bilhões. A arrecadação da rodovia Ponta Grossa - Curitiba, em 24 anos, 2,33 trilhões de reais. Apenas uma rodovia. Se nós considerarmos, que além dos dois postos de pedágio, Ponta Grossa - Curitiba tem mais seis no lote cinco, nós chegamos à conclusão que o número correto de arrecadação deste lote são exatamente os quatro bilhões e novecentos e oitenta milhões de reais, e não os dois bilhões, conforme está no edital. Um cálculo claro transparente, partindo da análise do próprio Governo. Minha assessoria está preparando mais um documento sobre Ponta Grossa - Curitiba, mas eu posso adiantar aos Srs., logo a seguir esclareço, um mês de pedágio na rodovia Ponta Grossa - Curitiba paga o investimento que eles fizeram agora na operação tapa-buraco. Por que como o próprio documento do Governo diz nos investimentos que são de 3,3 bilhões, está previsto uma recuperação inicial nos seis primeiros meses, que acaba agora, de 90 milhões, isso para o Anel de Integração inteiro. Se considerarmos que o Anel de Integração tem 2000, considerando que o Paraná tem 500 de pistas duplas, a 2500, que Ponta Grossa - Curitiba são  $100 \times 2 = 200$ . Em um mês, eles investiram sete milhões em Ponta Grossa - Curitiba, em um mês eles arrecadaram isso. Isso significa mais ou menos o seguinte: o governo do Estado do Paraná teve a coragem, a ousadia a desfaçatez, a petulância de vender por 24 anos uma rodovia, e sabem qual foi o custo? O custo de um mês de arrecadação! Ou seja, os consórcios ganhadores emprestaram dinheiro do BNDS, juros subsidiados, sete milhões de reais. Com este dinheiro fizeram a operação tapa buraco, em um mês de cobrança de pedágio ele cobra mais de sete milhões, e a partir daí qualquer centavo que eles investiram é centavo tirado do bolso do povo do Estado do Paraná. Não há investimento algum! Como é que a gente chama isso? Como é que se chama isso? Será que em algum lugar do mundo pode se cometer um roubo monstruoso e aviltante, desta forma, sem que ninguém faça nada?

O Dr. Rosinha

Permite um aparte?

(Assentimento)

No governo de Salinas, no México, todas as principais estradas foram privatizadas. No atual governo todas as empresas declararam-se inadimplentes depois de obter lucros fantásticos e todas as estradas foram estatizadas com os prejuízos, e ainda socorreram as empresas que declararam prejuízos.

É isso o que se tem, a falcatura, a corrupção deslavada, o caixa dois de campanha, seja no México ou no Brasil. E o Estado é quem paga, a população é que paga!

O SR. PÉRICLES MELLO

Deputado Rosinha, só mais um exemplo. Vamos tentar pensar, não é possível que eu esteja louco, até cheguei a pensar que estava louco quando deparei com estes números. Se o Governo diz que em 24 anos vai investir 3,3 bilhões e só o lote 5 vai dar de arrecadação 5 bilhões, são seis lotes! Digamos que nem seja proporcional, em vez de multiplicar por 6 bilhões vamos multiplicar por 5. Dá 25 bilhões em 4 anos de arrecadação, e o investimento 3,3 bilhões. Se todo custo operacional da rodovia, com as 3.000 pessoas que vão trabalhar, ou no guincho, ou na ambulância ou cobrando pedágio, digamos que seja mais 4.700 bilhões. Então, basta diminuir 8 bilhões de 25 bilhões vai ser 16 a 17 bilhões de reais, em 24 anos!

Agora se somarmos este dado bilionário com o fato repugnante absurdo que estes empresários não vão investir nada, o dinheiro do investimento é do povo paranaense que vai pagar o pedágio, não é deles, isso só pode ser chamado de roubo, nada mais do que isso!

Então pergunto: meu Deus do céu, por quê este Governador, Deputado Rossoni, que o nosso Governador, por quê? Será que ele não pode nem cobrar pedágio? Será que o Estado é tão incompetente que não pode contratar funcionários para cobrar pedágio numa estrada? Ora, meu Deus do céu, com estes 90 milhões do Governo que contratasse as empresas para fazer a operação tapa-buraco e o Governo comesse a cobrar pedágio, contratasse funcionários, ele pagaria este empréstimo em um mês! E a partir daí com o dinheiro que o povo paranaense pagasse o pedágio ele ia contratando empresas para fazer as operações que ele julgasse necessário. Não, ele não fez isso! Ele preferiu além do escancaramento, do absurdo do roubo ao povo do Estado do Paraná, ele preferiu se julgar planejador. O grande urbanista Lerner imaginou que ele pode planejar o Paraná por 24 anos! Isso é um erro de planejamento, numa sociedade como a nossa não se planeja por tanto tempo, porque as necessidades sociais mudam, a tecnologia muda. De repente surge um meio de transporte mais barato, de repente há uma alternativa ferroviária.



Quem é ele? É Deus para poder entregar por 24 anos as rodovias do Estado, sem saber quais serão as prioridades desse Estado dentro de 4, 5, 6, 10 ou 15 anos? Não, nos não podemos aceitar essa lógica, o Governador pega 100 milhões do BNDES, contrata as mesmas empreiteiras para fazer a mesma operação tapa-buraco, construir os mesmos postos de pedágio. Em um mês ele paga o empréstimo do BNDES. A partir daí, com o dinheiro que arrecada, ele prioriza investimentos. Não precisava nem prever agora. Não precisava nem prever agora. Não precisava pensar que é "Deus" - ele consegue prever uma rodovia por 25 anos. Como ele está arrecadando dinheiro, criou um fundo rodoviário.

Tenho certeza, Deputado Romanelli, com 1 ano de pedágio o Governo não só pagava esses 100 milhões que salvava o BANESTADO, sem nenhuma dúvida. Deixando as rodovias conservadas como estão hoje, ele salvava o BANESTADO, que é o Banco do Paraná. Ou mais que isso: vamos pensar que o pequeno produtor rural desse Estado está morrendo, desesperado. Esses dias fui em São João do Triunfo numa festa no Rio Baio, e os agricultores olhavam para uma colina perto da igreja e diziam: Péricles, há 5 anos atrás toda essa terra estava tomada de milho, de batatinha, de mandioca. Hoje não se produz nada. E o programa Paraná 12 meses, Deputado Toti, quanto é? O Governo que tem o privilégio de 1 ano eleitoral colocar esse dinheiro: vai ser milhões de reais, Deputado Toti, agora nesse ano eleitoral.

Imagine se ele pegasse desse pedágio que vai parar no bolso dos grandes grupos privados estaduais? Além de fazer tudo que ele está prevendo em 25 anos, poderia pegar uns 30% e ajudar a pequena propriedade paranaense a ser salva da miséria e do sofrimento. Teve um cidadão que chegou no meu gabinete, agricultor desde os 7 anos de idade, com 55 anos, Deputado Orlando Pessuti, disse assim: eu estou vendendo minha chácara Deputado, o Senhor não tem comprador?

Perguntei como que era a chácara dele em Rebouças. Ele me disse que tinha 15 hectares de terra, a casa que ele deu a vida para construir e um barracão de fumo. Sabe por quanto que ele estava querendo vender? Por 17 mil reais e vir embora para Curitiba. E fazer o que aqui? Não é possível que possamos aceitar "um roubo absurdo dessa forma".

Os dados que temos são do próprio Governo.

#### O Sr. Emerson Nerone

Deputado Péricles, o PFL Nacional, que perdeu agora uma grande Liderança, vai ter como Líder do Governo o Senhor Inocêncio de Oliveira.

Nesse momento de fome, de miséria do Nordeste, aonde a máquina da fome de novo vai render

verbas para financiar campanhas: o Deputado Inocêncio de Oliveira vai assumir de novo a Liderança do Governo Fernando Henrique, do Governo PFL. O Senhor Inocêncio Oliveira é aquele mesmo Deputado do PFL que fez os postos artesanais em Pernambuco com dinheiro do Estado. O Governo Lerner reproduz no Paraná, exatamente a política Nordeste de Antonio Carlos Magalhães e Inocêncio Oliveira, com números mais elevados porque aqui o volume de recursos são mais elevados. Mas o que representa a cobrança de pedágios é exatamente o "roubo histórico" que se comete nesse Estado.

Agora, o que fica para a população é exatamente por que o Governador Jaime Lerner permite que a cobrança de pedágio se dê antes da eleição? O que seria muito mais tranquilo eleitoralmente falando, que os postos de pedágios começassem a ser construídos apenas em outubro, a cobrança já em novembro ou dezembro, porque o posto de pedágio você constrói em dois meses, a toque de caixa, como foi construído. E nesse intervalo até outubro, apenas reformas de estradas. Ganharia a eleição muito mais facilmente, e depois então, começaria a cobrança de pedágios, e o roubo seria exatamente na mesma proporção, eles vão ter a concessão por 24 anos por que a cobrança não começa em outubro? Porque o acordo com as empreiteiras é de financiamento desta campanha para Governador.

E as empreiteiras obviamente, acreditam que juridicamente, mesmo que o Governador Jaime Lerner perca a eleição, será muito mais difícil alguém tirá-los, uma vez que as estradas já estejam sendo operadas por elas, do que apenas com a possibilidade de operação através dos pedágios.

Então, só gostaria de reafirmar, parabéns pelo seu discurso, os números são contundentes, e contra fatos não há absolutamente forma de argumentação.

Obrigado!

#### O SR. PÉRICLES MELLO

Os investimentos, 3,3 bilhões está previsto recuperação inicial que é essa operação tapa-buraco 90 milhões. Restauração: tínhamos dúvidas, primeiro antes-concessão 369 milhões. Obras de melhoria e ampliação da capacidade de duplicação, assim por diante, um bilhão e 840 milhões. Manutenção nós tínhamos dúvidas, se localizávamos a manutenção nas despesas ou investimentos, estamos jogando em investimento. Então, manutenção que é restauração ao longo da concessão de 24 anos - 581 milhões. Infra-estrutura para serviço de operação que é ambulância, guincho - 430 milhões; 3,3 bilhões. Com base nesses números, podemos pensar quanto o Governo vai gastar para pagar funcionários e para operar rodovias durante 24 anos. Somar

isso, os impostos pagos, o ISS, por exemplo, que vai se pagar para o Município 2%. Por mais que a gente some, que a gente busque justificativas, não tem justificativas. Não é possível que com um investimento de 3,3 bilhões vai se arrecadar 20 bilhões mais ou menos, pelos dados nossos, conforme análise de Ponta Grossa - Curitiba durante 24 anos de concessão.

Fizemos também uma comparação: pegamos a rodovia Castelo Branco de São Paulo e comparamos com Ponta Grossa a Curitiba. Distância 106 Km, dois postos de Pedágio Bidirecional, custo por veículo de passeio para ir e voltar: 10,20 reais, porque é bidirecional. São Paulo - Sorocaba é uma Rodovia de alto padrão, sem cruzamentos, inclusive os postos são sofisticados, tem várias pistas em cada sentido o pedágio é Unidirecional, o custo do carro é 4,10. Ou seja, aqui com uma bidirecional para ir e voltar de Ponta Grossa a Curitiba um carro de passeio paga 10,20. Para ir e voltar de São Paulo e Sorocaba um carro de passeio paga 4,10 e não dá para comparar uma rodovia com a outra. Porque uma rodovia de primeiro mundo, de alto padrão. A rodovia de Ponta Grossa/Curitiba, é super perigosa porque tem centenas de cruzamentos durante o transcurso de um veículo. Apesar de ser uma pista dupla, existem centenas de cruzamentos. É muito perigosa a rodovia. Além das pontes que existem como a ponte do Rio Tibagi, perto de Ponta Grossa que tem morrido muita gente, morreu mais de 10 pessoas de dezembro do ano passado a abril desse ano.

Então, essa é uma comparação clara, e mais, a rodovia Castelo Branco tem alternativa, ou seja, a pessoa que mora em Sorocaba se ela quiser ir para São Paulo e não quiser passar pela Castelo Branco, ela tem uma via alternativa que não paga nada. Então, ela pode optar. Além de que, Deputado Rossoni, antes do seu aparte, nada para mim justifica, não sei se para o senhor justifica, que a pessoa invista com o nosso dinheiro e não com o dinheiro dele. Que nessas rodovias o empresário vai investir com o dinheiro pago no pedágio e não com o recurso próprio. Vou lhe dar o aparte e espero que o senhor traga alguma luz aos números que eu trouxe aqui, porque eu mesmo não consigo me conformar com tanta barbaridade!

#### O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Péricles, ouvi parte do seu pronunciamento. E entendemos perfeitamente que V.Exa. ideologicamente não iria concordar jamais com a privatização das rodovias federais do Estado do Paraná, V.Exa. não concorda com quase nada, quando se fala em privatização. Isso é uma questão ideológica. Mas quero dizer para V.Exa., que há poucos minutos, conversei com o Secretário de

Transportes, ele se colocou à disposição em qualquer momento, em qualquer instante, em qualquer lugar, para discutir a questão do pedágio e da privatização das rodovias federais. Gostaria de conversar com os líderes dos partidos, não tememos esta questão, estamos abertos. Podemos marcar para amanhã cedo, no Plenarinho, com a presença do Secretário de Transportes, com a presença do Diretor do DER, para discutir essa questão com a responsabilidade. Estou vendo muitos Parlamentares pedindo aparte, e estão preocupados em ganhar as eleições. Quero dizer a Vossa Excelência que a nossa preocupação não são as eleições, e sim, as próximas gerações. Sabemos onde estamos; aonde vamos e sabemos o que queremos do Estado do Paraná. A grande contribuição que o Governador Jaime Lerner está dando para esse Estado é planejar este Estado para o futuro.

Estamos num instante que, a responsabilidade do Governo é realmente deixar essa questão do pedágio muito clara para a população. Discutir. Como não temos o que esconder na questão do pedágio e nem o que discutir. Porque estamos privatizando rodovias federais que não estavam deixando nós implantarmos, com a totalidade, o nosso programa de transformação do Estado do Paraná.

Quero dizer então que, o Secretário de Transportes está à disposição a partir de amanhã para discutir essa questão. Agora, querer eu discutir essa questão com Vossa Excelência, que fez um minucioso estudo sobre a questão, fica muito difícil. É essa a proposta que faço como Líder do Governo.

Muito obrigado.

#### O SR. PÉRICLES MELLO

Gostaria de fazer uma consideração no seu argumento inicial. O senhor disse que é normal, porque o PT é contra a privatização.

#### O Sr. Valdir Rossoni

Nunca vi o PT a favor de nada.

Sempre vi o PT contra tudo.

Prova disso está lá o Governador do Espírito Santo que, teve que se afastar do PT, porque os próprios Petistas eram contra todas as atitudes que o Governador tomava na administração Estadual.

#### O SR. PÉRICLES MELLO

Vou lhe explicar, Deputado Valdir Rossoni, porque é diferente.

Quando se privatiza a "Vale do Rio Doce", que sou contra, o grupo empresarial que compra paga pela "Vale do Rio Doce" - paga um preço. A partir daquele preço ele toma conta da empresa e vai concorrer no mercado, vai vender mercadoria; vai pagar funcionário no final do mês e participar da concorrência.

Nesse caso é extremamente diferente. Porque os grupos empresariais pagaram um dinheiro que eles arrecadam em um mês. Não investem em nada, porque o que vão investir é o dinheiro do bolso de quem paga o pedágio. É uma coisa absurda. É um monopólio físico até. Então, nós não podemos aceitar. Esse argumento ideológico pode servir, mais como um engodo para tirar as pessoas do centro da discussão. Uma coisa é a privatização de estatais. Outra coisa é o tipo de privatização de rodovias que foi feito no Estado do Paraná que, para mim, não é privatização, é roubo, é crime, não tem outro nome.

Só para completar o argumento, trouxe os dados matemáticos. Rodovia Curitiba-Ponta Grossa: custo da recuperação inicial. Temos uma avaliação, não é exata, de 6,6 milhões.

Como é que conseguimos esses números? Já que vai se gastar noventa milhões em dois mil quilômetros de estradas e, nesses dois mil têm embutidos estradas de pista dupla, como Ponta-Grossa-Curitiba, somamos para dois e seiscentos. Dois mil e trinta e cinco de estradas mais seiscentos e sessenta e quatro de pista dupla. Fazendo uma regra de três simples, chegamos a conclusão que o custo que foi gasto, o dinheiro que foi gasto para fazer a operação tapa-buracos da Rodovia Ponta Grossa-Curitiba, foi de 6,6 milhões. Isso posto, vamos calcular a arrecadação mensal da Rodovia, através do número de carros que passam, do número de eixos e do frete. É de 7,650 milhões mensais, ou seja, no primeiro mês de operação da rodovia o empresário, o grupo que ganhou a concorrência vai pegar mais dinheiro do que ele gastou e a partir daí o dinheiro que vai entrar no seu bolso, ele vai investir conforme o planejamento da rodovia do Governo do Estado.

Não consigo discutir o argumento, o único argumento que pode ser utilizado é que se vai adiantar investimento, que os três bilhões vão ser feitos na maioria em 6 anos, mas mesmo assim, é tão grande, é tão absurda a taxa de lucro dessa privatização que ninguém pode se conformar e, eu acredito que nós temos a obrigação ética, moral, a obrigação política de denunciar isso para o Paraná inteiro e conseguir reverter a situação, não podemos aceitar quietos e cabisbaixos um crime contra o povo do nosso Estado.

Para concluir, Deputado Rossoni, achei importante a sua argumentação e espero que o Senhor aprove, também, com a sua Bancada o Pedido de Informações que nós estamos entrando hoje.

Queremos que o Governo nos informe, porque não nos informou, nos deu uma parcela. Queremos que o Governo nos apresente a proposta comercial, do consórcio ganhador do lote-5, nessa proposta conta a arrecadação prevista, os investi-

mentos que vão ser realizados, distribuídos no tempo, o cronograma dos investimentos e, também os custos operacionais da rodovia.

Queremos, também, que o Governo nos informe os dados de passageiros em todas as rodovias do Paraná, a estimativa de números de veículos que passam por todas as rodovias do Paraná e, também, a tabela de custo unitário do DER.

Informo, ao Deputado Rossoni, se por acaso esse Requerimento for rejeitado mostrando a falta de transparência da Bancada do Governo, nós convidamos o PSDB, o PMDB, o PSN, o PDT, o PPB, os demais Partidos que existem legalizados neste Estado, a entrar com uma ação imediata na justiça para que nós tenhamos acesso o mais rápido possível a este documento de extrema importância, para que nós possamos exercer o nosso papel de Fiscalizador do Poder Público.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk): -

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Com inscrição no Pequeno e os 30 minutos no Grande Expediente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Ocupo esta tribuna, esta tarde, para pretender abrir uma discussão, que para mim é da maior importância, que é do BANESTADO.

O BANESTADO tem sido na minha avaliação um problema que está assaltando a consciência de todos aqueles que acreditam que um Governo como do Paraná, uma economia como a nossa, um Estado que tem 9 milhões de habitantes, um PIB de trinta bilhões de dólares, uma economia deste porte, do Estado que a arrecadação teve uma receita de 4 bilhões e 800 milhões o ano passado, não podemos ficar sem um banco público, que tem 70 anos de bons serviços prestados à sociedade paranaense.

Queria dizer à VV. Exas., que recebi através de um disquete de computador, Atas da Diretoria de reuniões da Diretoria, tanto do Banco do Estado do Paraná, quanto da BANESTADO Leasing e essas Atas, Senhor Presidente e Senhores Deputados, são reveladoras, porque elas trazem informações altamente preocupantes, e que francamente, o Governador Jaime Lerner deveria parar de bancar que não tem nada com isso, de fazer de conta que está em outro Estado, Deputado Vanhoni, e, deveria se envolver nas questões que dizem respeito à questão do povo paranaense. Vejamos: Ata do dia dez de março de 1.998. Fala o Presidente do Banco e passa a palavra ao vice-Presidente Aldo Almeida para que esse explique a verdadeira situação financeira do Banco do Estado do Paraná. Diz o Aldo: "O Banco

do Estado do Paraná, por dia, está tendo uma despesa de dois bilhões de reais. Trinta dias significam sessenta milhões. A continuar a situação em que estamos, em cinco, no máximo em seis meses, estaremos com o nosso patrimônio zerado". E vai dizendo e fazendo outras considerações. Termina essa frase com a seguinte afirmação: "Hoje o Alaor, diretor financeiro do Banco, está indo buscar um bilhão e cem milhões e isso está nos dificultando muito, porque Caixa Econômica Federal, Banco Central...". Ele está se referindo sobre a dificuldade em conseguir dinheiro e o custo que o Banco está tendo.

Ele faz uma série de comentários sobre a questão do rombo do Banco e o Gabriel diz o seguinte: "É um assunto que demonstra que não temos nenhuma segurança naquilo que estamos tratando. Então o senhor vê o seguinte, no final de dezembro, foi apresentado 50 milhões de prejuízo e vamos recuperar uns dez ou vinte na Leasing. No Banco estávamos absurdamente navegando. Não digo mal informados, que não era intenção de ninguém que tinha as informações, nos passar de forma diferente daquilo que tinham". Leio, mesmo agredindo a concordância verbal, mas é como foi dito e é o português do Gabriel que está sendo dito aqui, não o meu. É claro que está usando uma linguagem coloquial, por isso muitas vezes há algum erro de concordância.

"De cinquenta milhões passou para dois bilhões em quatro meses". Quem está assustado não sou eu, não. Quem está assustado é o Gabriel. "De modos que eram cinquenta milhões e depois foi para cento e vinte, depois para 400, depois para 600, 700 milhões. Agora estão provisionados para crédito e liquidações, operações feitas muito recentemente e que a gente tem certeza do recebimento". Quer dizer, certeza. Foi feito à luz da boa prática bancária. Ele mesmo questiona se vai ser recebido ou não. "Agora, toda a operação que é feita no Banco, jogar para crédito e liquidação com provisão, é uma posição muito cômoda para eles". Para eles quem, Deputado Valdir Rossoni? "Eles" é o Banco Central ou "eles" é o grupo financeiro que quer comprar o BANESTADO? Quem são eles, Deputado Vanhoni?

E aí, Exa., vão dizendo e o próprio Gabriel ainda dizendo: "Comentários paralelos acho que não, porque esse comentário aqui retrata uma total desinformação. Em dezembro, 150 milhões, depois... Esses assuntos, a minha sugestão é que não se fale mais nisso, porque só revela às vezes um pouco de falta de informação mesmo. Cada hora apresenta uma coisa".

Essa a reunião, Senhor Presidente, Senhores Deputados. Reunião da Diretoria do Banco do Estado do Paraná, Deputado Valdir Rossoni.

**O Sr. Valdir Rossoni**

Vossa Excelência me concede um aparte?

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI**

Daqui a instantes, na sequência, com grande satisfação.

Essa Ata demonstra a profunda desinformação da atual diretoria. É incompetente, a atual diretoria, claro, ressalvado alguns nomes que sabemos que têm competência, mas mostra aqui o que o Presidente e o vice-Presidente, e esse tal de Gabriel, eles estão navegando mesmo. Não sabem a extensão, o tamanho do banco que eles decidem, não fecham o caixa, só sabem que estão buscando na Caixa Econômica Federal e no próprio Banco do Brasil um bilhão e cem milhões por dia e que isto está custando dois bilhões de reais.

**O Sr. Valdir Rossoni**

Me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Romanelli, estou vendo aqui V. Exa. fazendo a leitura de algumas atas do banco que quando há reunião da diretoria do banco - no atual governo, transparente, eles gravam e depois desgravam e está aqui esta ata sendo lida pelo Deputado Romanelli.

Só gostaria de fazer uma pergunta V. Exa. só para mostrar a diferença entre o atual governo e o governo anterior. O atual governo - como não tem o que esconder do banco, grava a reunião dos diretores, desgrava e está aí as atas nas mãos dos parlamentares.

Pergunto à V. Exa.: no seu governo, no governo anterior eram gravadas as reuniões de diretoria? Alguém teve conhecimento das atas das reuniões de diretorias quando VV. Exas. eram governo ou tinham alguma coisa a esconder?

Como não temos o que esconder as atas estão disponíveis. Inclusive V. Exa. poderia fazer esta verificação. Porque é de conhecimento deste Parlamento que no governo anterior não gravavam as reuniões de diretorias. Por quê? Esta pergunta deixo no ar. Quem não tem o que esconder, mostra. Quem tem o que esconder, esconde!

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI**

Deputado Rossoni, já vi aparte ruim seu nesta Casa, mas igual a esse, confesso, nunca tinha ouvido ainda. Realmente é uma bobagem saber se tinha ou não gravação. Se tem ou não gravação.

Francamente, acho que V. Exa. devia tentar explicar, aqui, as irregularidades que vou demonstrar. Se tem ou não tem gravação...

**O Sr. Valdir Rossoni**

Questão de Ordem, Senhor Presidente.

Fiz um aparte educadamente ao Deputado Romanelli. Só queria ter a resposta do Deputado se eles gravavam as reuniões da Diretoria do BANESTADO.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Com aparte o Deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti

Só uma colocação. O Deputado Valdir Rossoni em seu aparte, acabou, evidentemente, fazendo aqui, uma confissão. Porque ele disse: "Quem não tem o que esconder mostra". E o governo escondeu por mais de uma ano os protocolos com as montadoras, então tinha o que esconder.

O Sr. Valdir Rossoni

O ilustre Deputado Romanelli está querendo esconder a verdade. Fiz uma pergunta ao Deputado Romanelli com todo o respeito que tenho pelo ilustre Deputado, para que ele respondesse, se possível, já que ele é um homem que tem um conhecimento, que me respondesse se nas reuniões do BANESTADO, eram gravadas as reuniões depois degravadas. Fiz só uma pergunta! Porque quem grava uma reunião é porque não tem o que esconder. V. Exa. está fazendo a leitura da ata da reunião da Diretoria do BANESTADO, presidida pelo Presidente Neco Garcia. É esta questão que estou colocando para V. Exa., agora, V. Exa. está aqui trocando as bolas!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Vossa Excelência tem a palavra assegurada no Grande Expediente, e responda a pergunta do ilustre Parlamentar, se desejar.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Vou responder, Exa., porque na verdade desconheço completamente. Perguntei ao Deputado Vanhoni, ele me assentiu que todas as decisões da diretoria do banco são feitas através da lavratura de uma ata das decisões. Se havia gravação ou não das reuniões, é uma questão de alta indagação, como diz sempre o nosso colega Deputado Caíto Quintana, não sei se eram gravadas ou não, desde quando são gravadas, Excelência. Se isto satisfaz? De forma absoluta. Vou ler, daqui a pouco o que significa o vernáculo "curial".

Mas queria, Senhor Presidente e Senhores Deputados, prosseguir dizendo a VV. Exas., que têm sido acusados, inclusive pela imprensa, especialmente aqueles acusados de terem tido empréstimos com juros subsidiados.

Queria que V.Exa. perguntasse ao Presidente do Banco do Estado do Paraná, Neco Garcia, o que é esta operação da DM? DM, V.Exa. sabe o que é. É

aquela empreiteira que constrói a usina de Salto Caxias, segundo consta até, boa empresa, a DM.

Mas eu gostaria, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que o Governo do Estado do Paraná pudesse explicar como é que é essa triangulação que foi feita aqui, que faz o seguinte: A DM tem uma série de operações, está lá com um papagaio grande, de 18 milhões, que dá 3 milhões e 300 de juros e mais um capital de 200 mil. O que o banco está fazendo? Ele quer reformar esse empréstimo para que ele fique com 15 bilhões de reais por um ano, utilizando uma taxa de PBF, eles chamam aqui de PBF seca, inclusive nessa ata há uma lacuna sobre uma discussão filosófica do que é PBF seca. Mas, na verdade ela é elucidativa, Deputado, embora elucidativa é para elucidar, esclarecer, antes que o Deputado Rossoni se ofenda aqui, de dizer que elucidativa a explicação sobre PBF seca.

DM está dizendo o seguinte: que vai terminar as obras em dezembro de 98, depois diz o seguinte não, mas acho que nós vamos terminar mesmo em junho de 99, e que eles tem para receber da COPEL, até terminar a obra, é claro! Um saldo a receber de 90 milhões e mais um reajuste, um possível reajuste que poderá ser aprovado pela COPEL de 20 milhões, veja como a empreiteira negocia, ela diz o seguinte: "Olha, tenho noventa milhões para receber e, possivelmente, ainda vou ter mais uns 20 milhões, da seguinte forma: desconhecemos os valores necessários para acabar a obra; na realidade esses 20 milhões são uma diferença".

Segundo ele foi feito um levantamento por uma empresa credenciada, ela está alegando prejuízo. Então, ele conseguiu provar isso aí junto ao pessoal da COPEL e está "sub judice" isso aí. O pessoal da COPEL ficou de, realmente, estudar e ver o que é que pode ser pago para ele até por que o governador quer inaugurar a obra agora, antes da eleição.

E aí o mais importante é que a COPEL, vejam bem como é que funcionam as coisas COPEL para que a DM seja privilegiada com uma taxa de juro que nenhum dos senhores aqui teve a oportunidade de ter, com certeza absoluta, com certeza V.Exa. também está, não estou, aliás, tenho aqui a minha cartinha do Banco do Estado do Paraná, se for o caso até distribuo a V.Exa., mas se tiverem estão pendurados lá pagando 08% no supercheque, mas a DM não, Deputado Luiz Carlos Martins. A DM tem uma operação triangular, casada. Quer dizer, a COPEL fez um acordo com o Banco do Estado do Paraná na seguinte condição:

COPEL

A COPEL vai depositar no Banco mais de 15 milhões, mas vai aceitar uma remuneração menor para compensar a TR.

Eu faria duas observações:

Primeiro, eu tiraria essa...

Mas, aí vão dizendo, vão dizendo. Concorde, você poderia deixar sem os 60%, por exemplo. Por que sem os 60%? Porque a jogada é a seguinte: a jogada é que a COPEL, deverá manter a aplicação financeira de igual valor, são os 15 milhões, durante a vigência da presente operação, como remuneração de 60% do CDI para viabilizar a taxa de "TDF Seca" conforme negociação mantida com a dívida.

Bom, na verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que está claro aqui é o seguinte: eles ficam discutindo, Deputado Valdir Rossoni, pelas gravações que V.Exa. disse que a Diretoria faz, ficam discutindo. Sabe qual é a fórmula, ou não? É burlar a legislação bancária para que não conste da ata que a COPEL vai ter que manter. E aí ficam discutindo: vão manter, ou não vão manter na ata que a COPEL vai aplicar 15 milhões e nos remunerando apenas os 60% do valor das taxas praticadas no mercado. Ou seja, é o dinheiro público sendo utilizado para beneficiar uma empreiteira, chamada DM, está provado aqui, Presidente, não sou eu que estou dizendo, são as atas do Banco do Estado do Paraná.

#### O Sr. Ângelo Vanhoni

Só gostaria que o Sr. repetisse, porque alguns Deputados, o Deputado Nerone, inclusive não entendeu muito bem.

A DM deve 18 milhões, paga juros de 3 milhões ao mês, tem ainda para receber até o final da obra de Salto Caxias, segundo os cálculos, 90 milhões da COPEL e ainda acredita que haverá uma diferença de um recálculo de mais de 20 milhões. E eles estão solicitando exatamente o quê ao Banco do Estado em relação desse débito de 18 milhões?

#### O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Eles estão solicitando que 15 milhões, os 15 milhões restantes, são 15 milhões e duzentos restantes, eles financiam por mais um ano com a taxa TBF seca, porque eles usam essa expressão aqui, e dá o seguinte condicionamento: que a COPEL coloque 15 milhões aplicado a 60% das taxas de mercado praticadas para que o banco, que terá prejuízo com a operação, que está fazendo com a DM, possa empatar concretamente no caso da COPEL, colocando o dinheiro a juros subsidiados, para poder garantir a operação para a DM.

#### O Sr. Ângelo Vanhoni

Entendi. Então, eles estão usando o dinheiro da COPEL para canalizar o Banco do Estado e o Banco do Estado não cobra taxa da COPEL, de acordo com essa aplicação da mesma, para compensar a negociação que eles estão fazendo deles: da DM com o banco. Corretamente? Na realidade há um grande acordo aí. E, qual foi a resposta do banco?

#### O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Foi a que eles realizaram a operação nos moldes propostos nesta operação. Estão aqui os documentos. São provas documentais. Está aqui a reunião de diretoria.

#### O Sr. Ângelo Vanhoni

Me permitindo a este breve aparte, não podemos escapar do Banco do Estado, infelizmente, de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que investigue a atuação do banco, nestes últimos anos. É o caso da Leasing, da Corretora, da acusação do presidente do Banco, que Deputados não pagam o Banco, são inadimplentes e terríveis; é o caso de dois Secretários de Estado, que têm problemas gravíssimos com o Banco do Estado, recentes, e mais esta notícia aí, envolvendo 15 milhões de reais da Construtora DM com o Banco do Estado do Paraná.

#### O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

A Ata, toda a operação conclui com o Neco dizendo o seguinte: acho que o item 04 deve ser retirado inteiro. Item 04, certamente é a discussão sobre os 60%, para não constar na Ata, a operação está realizada, dizendo o seguinte: aprovada. Retirado o item 07 e a expressão TBF seca. Essa é a operação dele.

Acho, Deputado Valdir Rossoni, que é curial, é primordial, para que V.Exa. entenda e não se ofenda. As operações não param aí. Tem aqui uma do Pactual. Lembra da famosa cadeia da felicidade? O Pactual representando o BRADESCO e está aqui oferecendo a compra de créditos do banco. Uma operação estranhíssima, que eu não sei se foi realizado ou não. Vou ler em duas frases, para passar rapidamente esta questão do Pactual, até porque é o Ministério Público que analisará, mas para que Vs. Exas. entendam. "Vender crédito para banco, para negociar tudo. Compra por vinte mil, ele vai lá no BRADESCO e vende por cem mil." O Pactual compra por vinte mil, vai no BRADESCO e vende por cem mil, e o BRADESCO joga lá no CL (Crédito em Liquidação), dele, por cem mil e está tudo perdido. Você acha que banco americano vai fazer? Isso aqui é uma operação de uma maracutaia. Pode ser até uma boa maracutaia para o Banco do Estado do Paraná, mas estão discutindo para legislar e buscar instrumentos contra a União. É uma fraude do sistema financeiro, que o Pactual está propondo e que a diretoria do banco está discutindo.

O PDV é o seguinte: o banco está pegando nesses tais de dois bilhões e trezentos, naquela mensagem que diz que vai vir para esta Casa, já está até uma novela isso. O Banco faz aqui uma ampla discussão na demissão de 5.000 funcionários dizendo se vai reter o imposto de renda na fonte, ou não, com a alíquota de 25%. Mas o mais interessante é o



seguinte, o Banco ao mesmo tempo que fala que vai demitir, que está demitindo, estranhamente o Banco está contratando e muito. Estão chamando funcionários para serem contratados. Confesso que não estou entendendo a operação que o Banco está realizando. Está chamando funcionários para serem contratados, e dizendo o seguinte: - aqui é o Waldemar falando: - "Esse é que é o meu medo, porque veja, assumimos informalmente o compromisso e em paralelo estamos fazendo a nossa parte que é a contratação, inclusive já foi colocado e estamos decidindo todos os critérios da contratação que está ocorrendo."

Ou seja, o Banco anuncia que vai demitir, que vai precisar de 300 milhões para fazer a demissão, para fazer um PDV, e ao mesmo tempo está contratando. Aliás, por falar em contratação até vou dar um salto aqui no meu roteirinho para poder falar com V.Exa., aqui tem uma coisa muito mal explicada que é uma contratação de uma tal Teresa Cristina, que está prestando serviços não sei bem aonde. Aqui tem uma coisa bem interessante, o Aldo diz: - "Algo mais?" o Waldemar: - "Podermos aproveitar, Dr. Aldo, o Presidente comentou no começo sobre aquela pessoa, a tal funcionária fantasma, disse que ficou até surpreso. Isso, na realidade é uma pessoa que é contratada pela corretora de seguros, era um contrato especial." Paulo: - "Por isso nós do Banco não sabíamos, era um contrato específico lá com o Donha e ele já cancelou. Agora estou lembrado, isso aí era um pedido do Senhor Secretário da Fazenda senão me falha a memória". Waldemar: - "Não era funcionária fantasma do Banco?" "Não foi um pedido do Palácio que pediu para contratar, via corretora para ficar à disposição do Palácio." O Sérgio: - Foi pedido que eu chamasse a pessoa e falasse com ela, já foi chamada e foi falado com ela, sem nenhum trauma, não vai ter repercussão nenhuma". O Aldo: - "Então, está bom, muito obrigado a todos."

Então enterraram o esqueleto sem trauma, não exigiu nada, foi generosa.

Presidente, mais uma coisinha, já concluo, aqui é o famoso patrocínio do filme, O que é isso Companheiro? O próprio vice-Presidente do Banco fica indignado porque a famosa corretora BANESTADO deu 195 mil reais para o filme O que é isso companheiro. 195 mil reais, Deputado Vanhoni! E aí o vice-Presidente do Banco reclama, o valoroso Aldo Almeida diz o seguinte: "Podem até ganhar o Oscar de filme estrangeiro, mas quero ver o nosso nome lá no Oscar, no dia lá ao menos alguém gritar: BANESTADO." É a única forma do Banco se ressarcir desse patrocínio, é gritar: - BANESTADO!

O Sr. Ângelo Vanhoni

Deputado Rossoni, amanhã estarei entrando com dois pedidos de informações, na Assembleia, e espero contar com o apoio da sua Bancada. Porque sobre patrocínio, o Banco do Estado que está com dificuldades, está pagando juros de dois milhões ao mês por causa do inter bancário que está pegando, o Banco do Estado liberou um patrocínio agora para três corredores de automóveis, nos Estados Unidos. Um chama-se Cristiano da Mata, de Minas Gerais, no valor de 1 milhão e 800 reais. Outro chama-se Sérgio Baezi, daqui de Curitiba, no valor de 2 milhões, e o outro chama-se Alfredo Garcia, para correr na Indilights, nos Estados Unidos, no valor de 4 milhões de reais. Então, nós temos só de operações de patrocínio para corredores de automóveis nos Estados Unidos, uma soma perto de 7 milhões e 800 mil reais do Banco do Estado do Paraná.

Então, me pergunto: no momento que o Banco está com essa dificuldade, favorece esse tipo de patrocínio? - E o outro Pedido de Informações que gostaria de ver aprovado, é mais grave. Há uma denúncia, Deputado Valdir Rossoni, e um funcionário graduado se dispõe a vir a Assembleia com a documentação, para prestar alguns esclarecimentos sobre uma operação que está ocorrendo no Banco nos últimos meses. O Banco do Estado tem dólar a 1,17 reais. Se for vender esse dólar no Mercado ele tem um ágio. O Mercado paga mais do que o oficial. O que está acontecendo? O Banco do Estado do Paraná está comprando dólar no oficial e está revendendo para corretoras de câmbio, com o mesmo preço do oficial. Aí vale uma pergunta: são corretoras do Banco do Estado? Agências de Turismo do Banco do Estado - que o Banco só está repassando o dinheiro para que obtenha lucro, ou são empresas que não podem comprar no oficial da forma como o Banco do Estado compra? Compram do Banco sem nenhum ágio, o mesmo não lucra nada, e estas corretoras estão obtendo lucros vultuosos. A soma desta operação em dólar chega a dois milhões-dia. O ágio é perto de 11 a 13% na venda de cada dólar entre o oficial e o preço do Mercado. É lamentavelmente a denúncia parece que tem a comprovação documental, mas este funcionário quer se resguardar porque sabe dos riscos que isso traz para sua vida profissional. Se nós conseguirmos discutir isso aqui numa CPI ele se dispõe a trazer todo o material e vim fazer um depoimento. Lamentavelmente a corretora AG Turismo, ela é cedida em Londrina. Outra corretora é lá do nosso País vizinho, o Paraguai, chamada Tupi. E a operação vem sendo feita nos últimos 8 meses e alguém está lucrando com isso - que não é o Banco - de uma operação tipicamente irregular de acordo com as normas de prática bancária em operações de câmbio.



Então, vamos ter a oportunidade de municiar com alguma documentação esse caso. E gostaria que V. Exa. procedesse um Pedido de Informações para que o Banco dissesse o porquê que está fazendo esse tipo de operação, comprando o dólar a 1 (um), quando no Mercado ele é vendido a 1,17 (um e dezessete).

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente, cedo o Horário da Liderança do PMDB para o Deputado Romanelli concluir o seu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

V.Exa. tem mais 10 minutos da Liderança do PMDB, para concluir seu pronunciamento.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Excelência, vou tentar ser mais breve, não no meu pronunciamento, mas nos apartes.

Queria dizer: tenho aqui o caso de uma construtora de Curitiba. Vou citar o nome da empresa: é Cidadela. A Cidadela deve uma nota para o Banco. O que essa empresa faz? Ela não paga o Banco. O diretor do Banco diz o seguinte: que eles estão pegando dinheiro a 4% e estão emprestando a 2% (dois por cento)

A Xingu era um caso interessantíssimo. Xingu envolve também o BRADESCO, Xingu é empreiteiro também. A Xingu dá para concessão de crédito, dá para o BANESTADO, procuração por exemplo, para receber junto ao DNER em Brasília. Na hora que o BANESTADO vai receber os pobres funcionários do Banco saem correndo atrás da procuração, mas o DNER de Brasília já liberou. Libera para quem - para o BRADESCO. O BRADESCO é ligeiro aqui, ele recebe tudo na frente do BANESTADO. Indignação inclusive aqui do nosso Diretor o Batata, o Batata fica indignado aqui, porque o BRADESCO é muito rápido, consegue sempre receber o dinheiro na frente do BANESTADO.

Na verdade é o seguinte: operações de 14 milhões de reais sem garantias, garantias fragilíssimas. Ora! francamente, vou ser bem sincero, tem um tal de Adersu, que é do Mato Grosso. E o mais interessante Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que uma conversa que tem aqui do diretor, que envolve um ex-Governador do Paraná. Diz aqui o seguinte: vou preservar o nome do ex-Governador, porque não posso ser leviano. Se eles são levianos eu não sou. Mas eu sei o que é que houve - o senhor "fulano de tal" chegou para o Jaime, o Jaime Lerner perguntou: - Sr. "fulano de tal" o que é que o senhor quer. - Quero que o senhor dê a estrada COPEL para o Sr. Rached. - Perfeitamente está aqui! está dado! o Sr. Rached foi na Leasing tomou não sei se quatro ou cinco milhões de reais. E sabem quanto tempo

depois foi encontrado? Depois de três anos foram dar o contrato para ele. E daí aconteceu que o Governador achava que tinha sido assinado, uma operação completamente estapafúrdia.

O Sr. Basílio Zanusso

Deputado Romanelli, estou ouvindo desde o início o seu discurso com muita atenção, as suas palavras. Leitura que V. Exa. procede do documento que tem em mãos. Que, se não me enganei, se não me equivoquei, trata-se de uma Ata ou duas atas da diretoria do BANESTADO.

Quero dizer que estou preocupado com as declarações de V. Exa., com a leitura do documento que V. Exa. faz e os comentários, aduzindo-se ainda o aparte que solicitou a V. Exa. o Deputado Vanhoni, que empresta ao seu discurso uma grande contribuição até pelos números altíssimos que ele se referiu especialmente, além da comercialização da transação dos dólares, também da promoção que o Banco está promovendo em corrida de automóvel nos Estados Unidos. Quero dizer a V. Exa. que eu também gostaria de ser informado pelo BANESTADO essas inquições. Porque estou nesta Casa há longos anos e dos empréstimos que lá fiz, quando fiz, sempre paguei juros reais, praticados na rede bancária. Nunca pedi nada ao Banco, nunca quis nenhum tostão, como tantos outros Deputados, V. Exa. sabe, que ninguém, e tenho conhecimento de juros diferenciados por ser Deputado.

Aliás, essa questão de Deputados, deve ser esclarecida nos próximos dias ou futuramente.

Quero acrescentar também, que me surpreendem esses valores, essas transações. Essa é minha expectativa de informações que o banco deve prestar para esta Casa. Em algumas oportunidades, por exemplo, festa de peão na minha região, é como reunir 30, 40 mil pessoas em dois, três dias de promoção dessas festas. Por exemplo, Colorado que faz a festa de peão mais bonita e maior do Paraná. Tenho sido portador da diretoria da comunidade, juntamente com o Deputado Cleiton Kielse, e não tenho recebido coisa alguma, qualquer valor que tenha conhecimento. Quando escuto que, milhões de reais são investidos em uma promoção do banco lá nos Estados Unidos, que essa comercialização de dólares que se referiu o Deputado Ângelo Vanhoni, e a leitura que V. Exa. faz agora na tribuna, eu também, como deputado do Governo, fundador do partido também me reservo para receber as informações do Banco. Na felicidade, já que V. Exa. é um homem honrado, não subiria à tribuna se os documentos não merecessem credibilidade, para depois emitir a minha opinião. Realmente chega a preocupar. Preocupa-me tanto, porque nem o Líder do Governo tem as informações necessárias.

Portanto, não podia calar-me diante das declarações sérias, das acusações contra a administração do BANESTADO. Reservo-me, como tantos outros aqui, silencioso no aguardo dessas informações das verdades ou não da leitura que V. Exa. Proceda.

Muito obrigado.

#### O Sr. Valdir Rossoni

Vossa Excelência sabe muito bem da conduta que tem a Bancada do Governo nesta Casa. São todos Deputados honestos, trabalhadores. E, não estamos aqui para encobrir irregularidades de qualquer funcionário, ou de qualquer pessoa que exerça qualquer cargo de confiança nesse Governo. Vossa Excelência sabe muito bem da nossa conduta, da nossa forma de agir. Quero dizer que já pedi as notas taquigráficas ao Presidente Luiz Carlos Zuk. É natural que não terei resposta nesse momento. Quero crer que, amanhã estarei aqui dando resposta a todas essas acusações. Mas, se por uma eventualidade, não tiver as respostas para as acusações, que tenhamos aqui um sentimento, ou vejamos qualquer irregularidade dessas que V. Exa. está citando: porque quando V. Exa. pega uma Ata e lê partes dessa Ata, ela fica um pouco incompleta.

Não quero colocar dúvida nesse momento. Quero acreditar que, uma diretoria de um banco jamais gravaria uma reunião se estivesse cometendo uma irregularidade. Pelo menos é o mínimo de inteligência que deveria ter essa diretoria. Se, eles estão gravando, e V. Exa. acusa irregularidade, por isso que quero ter o conhecimento de tudo dessas Atas. Tenho certeza que amanhã estarei aqui respondendo, item por item ponto por ponto e se tiver alguma veracidade, não estou colocando em dúvida as palavras de V. Exa., mas se tiver veracidade serei o primeiro a pedir ao governador atitudes enérgicas contra as pessoas responsáveis por atos que lesem o BANESTADO.

Esta é a minha posição, quero deixar bem claro, aqui, mas quero ter certeza que amanhã estarei aqui respondendo todas as acusações, porque foi uma verdadeira metralhadora que funcionou de V. Exa. Gostaria, inclusive, que se V. Exa. autorizasse para que tirássemos cópias de todas essas Atas, para que pudesse fazer o estudo disso, discutir com a diretoria do banco e vou tomar as providências urgentes para poder dar as respostas o quanto antes possível.

Agradeço o aparte.

#### O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Concedo-lhe, inclusive, cópias dessas Atas ou então como as recebi. Eu as recebi em disquete, tenho isso inclusive de fácil acesso para qualquer um dos Senhores Parlamentares. Mas também

podemos tirar cópias dos documentos, porque trouxe aqui os originais delas.

Mas, queria na verdade, Senhor Presidente e Senhores Deputados, apenas citar mais um exemplo, um famoso exemplo Deputado Nerone, que V. Exa. conhece bem. O Deputado Basílio Zarusso também conhece. O famoso Apin Park de Maringá.

O Aspin, lembro os senhores, foi uma denúncia que foi feita ainda quando discutíamos naquele primeiro documento sobre o banco, as operações realizadas pela BANESTADO Leasing e Leasing Imobiliário.

Vou ler aqui um trecho, e quero até esclarecer ao Deputado Rossoni e os demais Senhores Parlamentares, é claro que destaquei aqui nas Atas, frases, pensei, porque era impossível ler todo este documento aqui. Ficaria pelo menos dois dias aqui lendo estes documentos e, certamente, tornaria muito enfadonha a nossa reunião. As Atas estão disponíveis a todos os Parlamentares, para lerem, releem, analisarem, avaliarem e estamos em busca da verdade.

Disse que subi nesta tribuna, nesta tarde, para iniciar esta discussão. Acho que os fatos que estou lendo aqui, que estou vendo são muito graves. Esta Casa não pode fazer de conta que não sabe o que está acontecendo, estamos na eminência de perder o nosso banco, do banco ser privatizado. Será que o banco é para ser impludido, para poder na verdade liquidar nos escombros, com os arquivos, com a história que está acontecendo nesse momento dentro do banco. Será que é isso, Deputado Vanhoni. Aqui temos a história que envolve a DM e o Shopping Aspin.

Porque diz aqui o Neco: - você que estava em Maringá nessa época, - a respeito de uma duplicata, que o banco descontou, uma duplicata e o Banco estornou para ele.

"Batata: - Olha aqui, esta operação foi iniciada em 14 de abril de 96.

Neco: - Você estava em Maringá nesta época?

Batata: - Não. Estava em Maringá, mas não foi feito em Maringá, não. Foi feita aqui em Curitiba na agência Bacacheri".

Isso aí lembra aquela história do Shopping. O Shopping quando foi feito o Leasing era para pagar esta duplicata, aqui, e que esta empresa ia descontar, acontece que eles liberaram o dinheiro todo, não se conversou leasing e a diretoria aqui e deram dinheiro para a empresa. Porque fizemos uma, uma das coisas que na época foi feita a operação, porque já existia operação de 4 milhões de reais, que é a DM tem até hoje contra o Shopping, que esta duplicata não paga.

O cara tirou o dinheiro, quer dizer, o dinheiro está na nossa mão de negócios. Não falaram, certo.

Neco: - A duplicata é emitida pela Aspen Park?

Batata: - Emitida pela Aspen Park.

Neco: - Deve ser prestação de serviços que a empresa faz para construir.

Batata: - É a DM fez prestação de serviço.

Neco: - Agora, como é que não estamos sabendo de um volume desses, não passou pela Diretoria?

Batata: - Não, eles conversaram, o pessoal da Leasing conversou, só que ligaram para nós depois que tinham tirado o dinheiro.

Portanto, foi liberado pela Agência Bacacheri.

Neco: - O gerente tinha alçada de seis milhões de reais?

Batata: - Não, foi autorizado pela Diretoria, Presidente.

Batata: - Mas é isso o que estou dizendo. É tudo da mesma casa. O senhor entendeu?

Aldo: - Abril de 1996.

Batata: - Abril de 1996? Não. Não sabia. Estava tudo às mil maravilhas.

Paulo: - Estava começando a explodir.

Batata: - Na realidade, explodindo aqui por um pessoal que sabia. A gente que estava fora daqui não sabia.

Neco: - Estou me informando aqui porque me lembro. Recebi um processo pela Leasing. É anterior ao problema A.P."

E aí vai a conversa deles.

"A ADM pagou para eles e a ADM não pagou para nós.

Batata: - A ADM. Julga-se que a ADM fez o trabalho com a Aspen Park do Grupo. Veio ao Banco do Estado e o Banco descontou porque sabia que a Leasing iria liberar o dinheiro para eles. Só que a Leasing liberou e não avisou. Estou liberando aqui. Debite a duplicata. O senhor me entendeu?"

Acho que os senhores também entenderam. Fizeram a operação para liberar o dinheiro e foi mais o famoso "capote" na linguagem popular.

Para concluir, aqui tem uma parte da Ata que fala sobre a BANESTADO Leasing.

Vou deixar a Leasing para um outro momento. É muita coisa sobre a Leasing. Esgotaria a paciência de V. Exa. e dos Senhores Parlamentares. Volto à carga porque o caso da Leasing é um caso à parte. Aliás, eles mesmos acham - e o presidente do Banco diz isso aqui e muita gente diz e acha - que o caso da Leasing é um caso de cadeia. O que tem de Diretor, de Secretário, de ex-Diretor chamado de "ladrão" nas atas do Banco, é uma coisa impressionante, inclusive vi que funciona aqui um processo de crítica muito forte.

Quero concluir dizendo o seguinte:

Aqui tem a história da Avícola Felipe, que é o tráfico de influências. Os diretores do Banco desejo-

so em participar como membros indicados pelo próprio FDE como gestor de uma outra empresa que não consegui identificar qual, inclusive o Paulo diz: "Avisar o FDE que sou candidato a esse Conselho. Marchesini, você pode vir, no futuro a ser diretor industrial."

Queria concluir, Senhor Presidente, Senhores Deputados, com um detalhe, mas diz o ditado "que o diabo mora nos detalhes".

Vejam bem a competência do Presidente do BANESTADO, Manoel Garcia. Deputado Valdir Rossoni, veja bem só este pequeno trecho. Ele diz: "Gostaria de solicitar. Retiramos esse assunto aqui. São vários assuntos. Eu e o Dr. Aldo, para ver se o Deputado Romanelli possa concluir o seu pronunciamento, porque, pelo jeito, o relógio parou.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Vossa Excelência tinha cedido cinco minutos.

O SR. VALDIR ROSSONI

Dois minutos e agora concedo mais um.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Quero agradecer ao Deputado Valdir Rossoni.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Vossa Excelência tem mais um minuto da Mesa, para concluir o seu pronunciamento.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Não vou demorar.

"Eu e o Dr. Aldo - isso é o Neco falando - para ver qual é a expectativa do Palácio do Governo com relação a este ano que é um ano político. Estou falando sobre o gasto de propaganda do BANESTADO e aqui temos só uma informação só do Shalapack. Não tem do Palácio. A assessoria vinculada a compromisso com o Palácio do Governo. E eu não estou em condições de apresentar aos Senhores porque não tenho as informações. Esse assunto vai ser tirado de pauta (dizendo o Presidente Neco Garcia) e o outro fica prejudicado. Isso aqui fala só o que foi aprovado em agosto de 97 e proposta para agosto de 98. Só os veículos de comunicação. "O português é deles, não é meu, mas não fala os valores. E aí o Emanuel, que deve ser o profeta, diz o seguinte: "Perdão, Presidente, essa é uma abreviatura de AGO Assembléia Geral. São publicações aprovadas na AGO de 97 Assembléia Geral Ordinária. "O Presidente do Banco confunde AGO com agosto.

Vejam bem, os senhores, em que mão está o nosso Banco do Estado do Paraná!

Boa tarde e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Luiz Carlos Zuk)

No Horário da Liderança do PPB concedo a palavra ao Deputado Edson Silva Lino.

O SR. EDSON SILVA LINO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Faço uso da tribuna, esta tarde, para fazer, aqui, uma denúncia que julgo gravíssima. Trata-se de dois requerimentos que estou dando entrada hoje, na Casa, que vou passar a ler:

**"REQUERIMENTO Nº 120**

SÚMULA: Requer seja enviado correspondência ao Secretário de Segurança Pública, Dr. Rubens Abrahão Tanure, solicitando a designação de um Delegado Especial para averiguar caso de tortura sofrida pelo Sr. José Raid de Oliveira, praticada pelo Delegado de Polícia de Faxinal, Doutor Gerson de Almeida Santos, conforme declarações do torturado e atestado médico em anexo.

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviado correspondência ao Excelentíssimo Sr. Doutor Rubens Abrahão Tanure, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, para que o mesmo designe um delegado especial para averiguar caso de tortura sofrida pelo Sr. José Raid de Oliveira, ocorrida no interior da Delegacia de Polícia de Faxinal e praticada pelo Delegado, Doutor Gerson de Almeida Santos, conforme declarações do torturado e atestado médico em anexo.

Requer ainda, seja enviado cópia do presente ao Procurador Geral da Justiça, Doutor Gilberto Giacóia.

Sala das Sessões, em 27.04.98.

(a) EDSON SILVA LINO

Hospital Municipal Victor de Souza Pinto

Av. Brasil, 822 - Grandes Rios - PR

**ATESTADO**

Atestamos que nesta data compareceu neste Hospital às 16:45 horas o Sr. José Raid de Oliveira, que por sua solicitação submeteu-se ao exame físico onde foram constatadas as seguintes lesões corporais:

Contusão com escoriações na região supraclavicular direita com mais ou menos 8 cm de comprimento por 2 cm de largura, contusão com escoriações no hemitórax direito região do hipocôndrio direito com 4 cm de comprimento, escoriações na região peitoral direita de aspecto filiforme com mais ou menos 10 cm de comprimento, contusão com escoriações na região lombar esquerda com mais ou menos 6 cm de comprimento e mais escoriações na região escapular posterior esquerda.

Grandes Rios, 03 de abril de 1998

(aa) DR BENEDITO PIRES CORDEIRO FILHO

Médico CRM-PR 216

DR. DJALMA M. SILVA

Médico CRM-PR 16400

**REQUERIMENTO Nº 122**

SÚMULA: Requer seja comunicada à Comissão de Direitos Humanos, desta Casa de Leis, da tortura praticada pelo Delegado de Polícia de Faxinal, Doutor Gerson de Almeida Santos, contra o cidadão, Sr. José Raid de Oliveira, conforme denúncia desse e atestado médico em anexo.

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja comunicada à Comissão de Direitos Humanos desta Casa de Leis, da tortura praticada pelo Delegado de Polícia de Faxinal, Doutor Gerson de Almeida Santos, contra o cidadão José Raid de Oliveira, conforme denúncia desse e atestado médico em anexo.

Sala das Sessões, em 27.04.98.

(a) EDSON SILVA LINO

Hospital Municipal Victor de Souza Pinto

Av. Brasil, 822 - Grandes Rios - PR

**ATESTADO**

Atestamos que nesta data compareceu neste Hospital às 16:45 horas o Sr. José Raid de Oliveira, que por sua solicitação submeteu-se ao exame físico onde foram constatadas as seguintes lesões corporais:

Contusão com escoriações na região supraclavicular direita com mais ou menos 8 cm de comprimento por 2 cm de largura, contusão com escoriações no hemitórax direito região do hipocôndrio direito com 4 cm de comprimento, escoriações na região peitoral direita de aspecto filiforme com mais ou menos 10 cm de comprimento, contusão com escoriações na região lombar esquerda com mais ou menos 6 cm de comprimento e mais escoriações na região escapular posterior esquerda.

Grandes Rios, 03 de abril de 1998

(aa) DR BENEDITO PIRES CORDEIRO FILHO

Médico CRM-PR 216

DR. DJALMA M. SILVA

Médico CRM-PR 16400

Sr. Presidente, Srs. Deputados e imprensa aqui presente. No meu programa de rádio dominical, na cidade de Faxinal, compareceu no início do mês, porque esse atestado é datado do dia 3 de abril de 98, um cidadão de estatura pequena, totalmente machucado, ele fez uma declaração nos microfones da Rádio Clube de Faxinal contando o que ocorreu com ele.

O cidadão relatou que: ele estava num bar da cidade, onde se encontrava também o delegado Gerson da Comarca de Faxinal. E o delegado, naquele momento estava tomando uma cerveja no bico da garrafa, de chinelo de dedos. E o cidadão que havia pedido ao dono do estabelecimento para que fizesse um pastel a ele, foi até o balcão e perguntou se o pastel estava pronto, e o dono do bar disse que em alguns minutos o pastel estaria pronto, e o delegado perguntou se ele não tinha educação, porque ele estava conversando com o dono do bar e ele estava interrompendo a conversa. E o cidadão agredido, José Haid disse o seguinte: que ele pediu o pastel e que ele queria comer o pastel para ir embora, que o delegado não tinha nada a ver com a vida dele. E daí travaram uma luta corporal, o delegado tentando prender o cidadão. Com a ajuda do dono do bar colocaram o cidadão no automóvel do delegado, deixou a cerveja que ele tomava no bico da garrafa dentro do bar, e não é delegado calça curta não, é delegado de carreira, e levaram até a delegacia. Pois bem, chamou pelo rádio a polícia militar e esta veio ajudar a conduzir o cidadão até a cela da cadeia pública da cidade de Faxinal. E ali, ele algemado, foi apanhando pela estrada, sendo ameaçado de ser jogado no Lago do Saracura, segundo informações da vítima, do José Raid, e na delegacia, às 4 horas da manhã, ele foi surpreendido quando o delegado retornou e disse o seguinte: você estragou a minha noite, eu não conseguia dormir! E pegou um fio de cobre e cortou este rapaz com um fio de cobre. Algemado, ele apanhou dentro da cela na delegacia, às 4 horas da manhã, porque o delegado não conseguiu conter a sua ira na sua casa, e resolveu ir lá descarregar neste moço.

Mas ocorre, de que logo após o episódio, procurei o Líder do Governo nesta Casa, o meu Líder de fato, o Deputado Valdir Rossoni, e em companhia dele, fomos falar com o Chefe da Casa Civil.

E o Chefe da Casa Civil diante desse atestado médico com total credibilidade, assinado por dois médicos, disse que iria transferir o delegado da cidade. E a prova de que a minha denúncia não é nem um fato político, nem um jogo de braços, com lideranças políticas que representam aquela região, que eu não indiquei delegado, e o Líder do Governo é testemunha. Eu pedi que transferisse o delegado de lá e não indiquei sequer o nome de alguém para substituí-lo.

Portanto, na hora, o doutor Cândido Manoel Martins de Oliveira ficou sensibilizado com o atestado que ele leu, e ligou para o Doutor Artur Braga pedindo para que tirasse de lá o delegado da Cidade de Faxinal.

Para nossa surpresa, o Prefeito da Cidade de Faxinal acompanhado de lideranças políticas desta Casa e também, acompanhado de mais alguns Pre-

feitos que não pertencem a Comarca de Faxinal e não vivencia no dia-a-dia o problema daquela comunidade.

Vieram até a Casa Civil e convenceram o Chefe da Casa Civil, o Dr. Cândido Martins de Oliveira, para que ele pedisse para revogar a Portaria. E na quinta-feira, próxima passada, através da portaria 685/98, tornou-se sem efeito a medida que afastava o delegado do Faxinal - Gerson de Almeida dos Santos.

Pois bem, a Cidade está revoltada, no meu programa de rádio, no domingo anterior, noventa pessoas ligaram pedindo a transferência do delegado de Faxinal.

Mas, como não bastasse a tortura cometida pelo delegado contra esse cidadão, ele trata todas as pessoas que o procuram a pontapé na delegacia. Mas, como não bastasse todos esses maus tratos que ele dá à comunidade daquela comarca, lá existe mais de 16 crimes insolúveis.

FRANCISCO RUFINO: Foi morto quando chegava em sua casa no dia 16 de setembro de 1966, a tiros. Até hoje não sabem, porque o delegado incompetente não procurou desvendar o crime.

SEBASTIÃO TABORDA RIBAS: Também foi morto em sua propriedade rural no dia 28 de dezembro de 1996, quando abria a porteira para sair com o carro, também a tiros de tocaia. Até hoje o delegado não tomou nenhuma providência ou não conseguiu elucidar o crime.

ANDRÉIA AMORIM DE LIMA: Dezesete anos de idade, morta com um tiro na cabeça, teve o corpo amarrado com arame de varal em um poste de marcador da rodovia de Faxinal, encontrado no dia 20 de janeiro de 1997.

RONALDO DE MORAIS: O menor Ronaldo de Moraes, 16 anos de idade, estudante do Colégio Érico Veríssimo, saiu no dia 24 de maio, numa terça-feira para estudar e foi encontrado no dia 28, num sábado, boiando também no Lago Saracura, o corpo foi localizado pelo ex-Prefeito da Cidade, quando passava de lancha naquele Lago.

JOÃO LIMA: Oitenta e sete anos de idade, evangélico da Igreja Assembléia de Deus há mais de 30 anos, foi morto dentro da sua casa, na sua residência, duas quadras da delegacia de polícia, teve o pescoço separado do corpo, através de uma faca. Também o crime não foi elucidado até hoje.

NILSON CORDEIRO: Quinze anos de idade, morto na Vila Imperatriz, no dia 11 de janeiro de 1998, foi morto quando se preparava para jantar, havia chegado da Igreja com a sua avó, acabou levando um tiro de espingarda pela fresta da parede. Também o crime não foi até hoje elucidado.

Vários furtos e arrombamentos de residências e estabelecimentos comerciais, também quase todas as Igrejas Evangélicas foram arrombadas e furtados

os seus pertences, principalmente aparelhos eletrônicos, também várias propriedades rurais foram visitadas por ladrões e tiveram o gado abatido no pasto e levaram somente, aliás, teve casos que levavam os traseiros das vacas e deixavam o restante. E até hoje não foram elucidados esses crimes.

Portanto, hoje quando venho a esta tribuna para fazer essa denúncia que julgo séria, e quando vi o Líder do Governo a quem defendo nesta Casa, que ele dizia que o Governo não estava preocupado com eleição, e sim com o futuro da geração, quero crer que o Jaime Lerner, não sabe dessas atrocidades cometidas pelo delegado da Cidade de Faxinal. Porque está, talvez, em nível de Casa Civil, esse tenho certeza que sabe, o Chefe da Casa Civil, porque na companhia do Líder, nesta Casa, do Líder do Governo estive lá quando ele assumiu o compromisso de transferir o delegado para lá.

Mas, quero acreditar de que, realmente, a preocupação do Governador Jaime Lerner é com a futura geração e com a geração atual. E se preocupar com a geração combater a violência, porque a política é para proteger o cidadão e não para agredir o cidadão. E o que está acontecendo na Cidade de Faxinal é agressão ao cidadão, é um jogo de braço político do Prefeito, e a prova de que eu não estou entrando no jogo político, porque eu nunca indiquei nem para o Chefe da Casa Civil, nem para ninguém um delegado para substituir. O que eu quero é que sejam apurados os fatos.

Portanto, encaminho este Requerimento nesta Casa para que a Comissão de Direitos Humanos, para que também o Secretário de Segurança Pública e o Ministério passem a tomar providências para que este homem, esse delegado seja transferido imediatamente da Cidade de Faxinal, para deixar a comunidade daquela cidade tranqüila e em paz.

E vou todos os dias, que da tribuna, quer por uma Questão de Ordem, nesta Casa, enquanto não transferir esse delegado da Cidade de Faxinal, eu vou continuar questionando o Governo, porque quero crer, acredito e tenho defendido nesta Casa, a seriedade do Governador Jaime Lerner, do Secretário, Chefe da Casa Civil, Cândido Martins de Oliveira, do Secretário de Segurança Pública, o Dr. Tanuri, e quero que eles façam jus a esta esperança do povo do Paraná e deste Parlamentar cumprindo as obrigações de defender a sociedade, transferindo de lá e abrindo inquérito com um delegado especial para apurar essas irregularidades.

Hoje, a minha secretária da Rádio Clube de Faxinal está levando este cidadão para entrar com uma representação no Ministério Público na Cidade de Faxinal, para também apurar as irregularidades.

Concedo um aparte ao nobre Deputado Rosinha.

### O Dr. Rosinha

Agradeço o espaço cedido por V.Exa. e entendo como denúncias e graves de abuso dos direitos humanos. Não é a primeira vez que V.Exa. traz questões de direitos humanos nesta Assembleia. Já é a segunda vez este ano, que uso da tribuna para denunciar as lesões corporais e a violência contra o ser humano.

Lamento que a Comissão de Direitos Humanos desta Casa não funcione, porque caberia a esta Comissão investigar não só este como outros fatos e fornecer subsídios para a própria justiça, se assim ainda há neste Estado.

Quero corroborar com V.Exa. que a Folha de Londrina, desta semana, de hoje, ainda traz também mais um abuso policial na Cidade de Maringá, com o assassinato de um adolescente, de uma criança, com tiros pelas costas a curta distância.

Acho que este delegado não tem somente que ser transferido desta cidade. Tem que se abrir inquérito administrativo com esse delegado. Uma cidade do porte de Faxinal, ordeira, onde a maioria da população não se conhece, ver cidadãos e cidadãs daquela cidade sendo mortos e assassinados e não se encontrar o criminoso, a gente chega a desconfiar da honestidade das autoridades daquele município. Não é possível que pessoas que vivem em Faxinal e que, provavelmente, estas pessoas citadas por Vossa Excelência são conhecidas da comunidade, de mais de 50% da comunidade daquela cidade.

Conheço muito bem Faxinal. Cidade ordeira e pequena e no entanto, esse grau de violência e a violência maior ainda - a impunidade - que faz com que outros atos venham a ocorrer.

Solidarizo-me com Vossa Excelência. Tenha o nosso apoio para o requerimento, e cobramos que a Comissão de Direitos Humanos desta Casa funcione, porque não dá para assistir esta escalada de violência policial, sem sequer um esclarecimento, uma ação da Comissão de Direitos Humanos.

### O Sr. Toti Colaço

Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Quero cumprimentar Vossa Excelência pelo pronunciamento e chamar a atenção da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná. A denúncia que Vossa Excelência faz neste instante é grave demais. Gravíssima! Para que não fiquemos dando muita atenção para as denúncias que Vossa Excelência traz aqui. Envolve, sim, o próprio Governador do Estado do Paraná, o Secretário de Segurança Pública, a Procuradoria Geral da Justiça, porque é humanamente impossível se ouvir denúncias desta gravidade e ficar calado, com tantos homicídios que ocorreram num curto espaço de



tempo, sem nenhuma elucidação. Em que Paraná estamos vivendo?

Acho que este é um assunto extremamente grave, que Vossa Excelência está trazendo na hora certa. E, além de ter o total e restrito apoio deste Parlamentar, haverá de ter uma Comissão Especial para averiguar estes fatos.

Queria dizer apenas ao Deputado Rosinha, que faço parte da Comissão de Direitos Humanos. No momento em que fui convocado por duas ou três vezes, me fiz presente nesta Comissão. Os processos que me deram sob minha responsabilidade, imediatamente procurei dar seguimento, conforme determina a orientação do Presidente.

O que queria chamar a atenção desta Casa, que a Comissão de Direitos Humanos é composta por 7 Srs. Deputados, no entanto, até o presente momento, todas as reuniões que foram feitas, apenas 2 Deputados, no máximo 3 lá compareceram.

Acho que nesse processo, cabe aos representantes dos Partidos saberem porque os companheiros lá não comparecem.

No mais, somar-me a Vossa Excelência na denúncia que traz nesta tarde.

#### O SR. EDSON SILVA LINO

Agradeço o aparte e para encerrar, gostaria de pedir à imprensa aqui presente, que dê ênfase ao meu pronunciamento, que não subestime, que vá à Cidade de Faxinal, para apurar os fatos, porque são de interesse da sociedade do Paraná.

Queria complementar, dizendo que estou recebendo ameaças de morte, por telefone, o delegado tem dito constantemente a policiais civis lotados na Delegacia da Cidade de Faxinal, que vai perseguir os meus filhos, e que vai me perseguir, e que um dos dois tem que ir embora da cidade, porque senão ele pode me matar.

Portanto, fica registrado, já tenho falado isso através do meu programa de rádio, ele que cuide dos meus filhos, porque qualquer coisa que aconteça, daqui para frente, ele será responsabilizado. E qualquer coisa que aconteça contra a minha pessoa, ele também será responsabilizado.

Portanto, gostaria que esta Casa soubesse que estou sendo ameaçado por este delegado, que comete essa atrocidade na Cidade de Faxinal.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Vossa Excelência tenha certeza que toda a Mesa Executiva e estes Parlamentares darão a Vossa Excelência o respaldo necessário e a responsabilidade será apurada através do Líder do Governo que aqui se encontra.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

## ORDEN DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 099/98, subscrito pelo Sr. Presidente desta Casa, constante do expediente, comunicando que no período de 26 de abril a 12 de maio do corrente ano, estará ausente, em viagem ao exterior, para tratar de assuntos particulares, sem ônus para o Poder Legislativo. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado César Seleme, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei, em nº de 05 (cinco), de autoria do Sr. Deputado Joel Coimbra, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 634, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

#### ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 018/98, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Dr. Marino Pereira. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Aprovado.**

#### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 727/97, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que declara de Utilidade Pública o Clube Literário e Recreativo 13 de Maio, com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**



### ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 070/98, de autoria do Deputado Reny Borsatto, que declara de Utilidade Pública a Casa da Criança de Santana do Itararé, com sede e foro no Município de Santana do Itararé. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 077/98, de autoria do Deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores do Conjunto Residencial Santa Rita II, com sede e foro no Município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 089/98, de autoria do Deputado Edno Guimarães, que declara de Utilidade Pública o Lar da Vovó Santa Albertina, com sede no Município de Tapejara. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 093/98, de autoria do Deputado João Techy Filho, que declara de Utilidade Pública a Associação Educativa Santa Olga, com sede e foro no Município de Prudentópolis. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 097/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 010/98, que aprova crédito especial no valor de R\$180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação, e a criação de uma atividade orçamentária dentro da Secretaria de Estado da Educação, Administração Direta denominada PARANAEDUCAÇÃO, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F. (Publ. no D.A. nº 33, de 06.04.98 - Mens.).

SUPLEMENTAÇÃO DE DESPESA		ANEXO I ANEXO			FL. 01 R\$ 1,00	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	LD R	VALOR	N.DO PROC. COP
4100	Secretaria de Estado da Educação					
4103	Superintendência de Edu- cação					
2142	PARANAEDUCAÇÃO	3350.39	00	L	110.000.000	0385
			45	L	70.000.000	0385
TOTAL					180.000.000	

CANCELAMENTO DE DESPESA	ANEXO II ANEXO	R\$ 1,00
----------------------------	-------------------	----------

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	L D R	VALOR	N. DO PROC. COP
4100	Secretaria de Estado da Educação					
4102	Diretoria Geral					
2134	Gerenciamento da Estrutura Administrativa da SEED	3190.11	00	L	2.000.000	0385
4103	Superintendência de Educação					
2137	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de valorização do Magistério	3190.11	45	L	70.000.000	0385
2138	Desenvolvimento do Ensino Fundamental e da Educação Pré-Escolar	3190.04	00	L	5.000.000	0385
		3190.11	00	L	23.000.000	0385
		3190.13	00	L	20.000.000	0385
2139	Desenvolvimento do Ensino Médio	3190.04	00	L	60.000.000	0385

TOTAL	180.000.000
-------	-------------

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 97/98

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
VALDIR ROSSONI - Relator

PARECER:

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo visa aprovar crédito suplementar no valor de R\$180.000.000,00 ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação e a criação de uma atividade orçamentária dentro da Secretaria de Estado da Educação, Administração Direta denominada PARANAEDUCAÇÃO.

Da análise da referida matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 14.04.98.

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 097/98

PARECER:

O presente plano de lei de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 010/98, visa aprovar crédito especial no valor de R\$180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação, e a criação de uma atividade orçamentária dentro da Secretaria de Estado da Educação,

Administração Direta denominada PARANAEDUCAÇÃO, conforme específica.

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o Regime Interno, após análise percebemos que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da Secretaria de Estado da Educação.

Sendo assim, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.04.98.

(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente

ALBANOR GOMES - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Dr. Rosinha, constante do expediente solicitando a retirada da Ordem do Dia até a próxima Sessão de 4ª feira, para ser apreciado pela Comissão de Educação. **Aprovado** o requerimento. Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei nº 097/98.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Sobre a mesa, Requerimento nº 617, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 615 e 616, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 618 e 619, de autoria do Sr. Deputado Edson Silva Lino, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 620 a 622, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 623 e 624, de autoria do Sr. Deputado Horácio Rodrigues, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 625 e 626, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 631, 632 e 633, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 637, de autoria do Sr. Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 638 a 641, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 642, de autoria do Sr. Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 644, de autoria do Sr. Deputado Dr. Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 646, de autoria do Sr. Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento do Deputado José Maria Ferreira com sua discussão adiada, que requer expediente do Secretário da Educação solicitando informações a respeito da entrega de computadores a Escolas Públicas, no Cidadão Nota 10. **Em votação.**

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, requero a transferência desse requerimento para o dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Perfeitamente aceito pela Mesa Executiva. requerimento adiado na forma regimental.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após a presente Sessão, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 023/98.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 271/95 e 042/98.

E marca ainda outra Sessão Ordinária para terça-feira, dia 28, à hora regimental com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 070/98.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 372/97.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 478, 573/97, 042 e 074/94.

Levanta-se sessão.